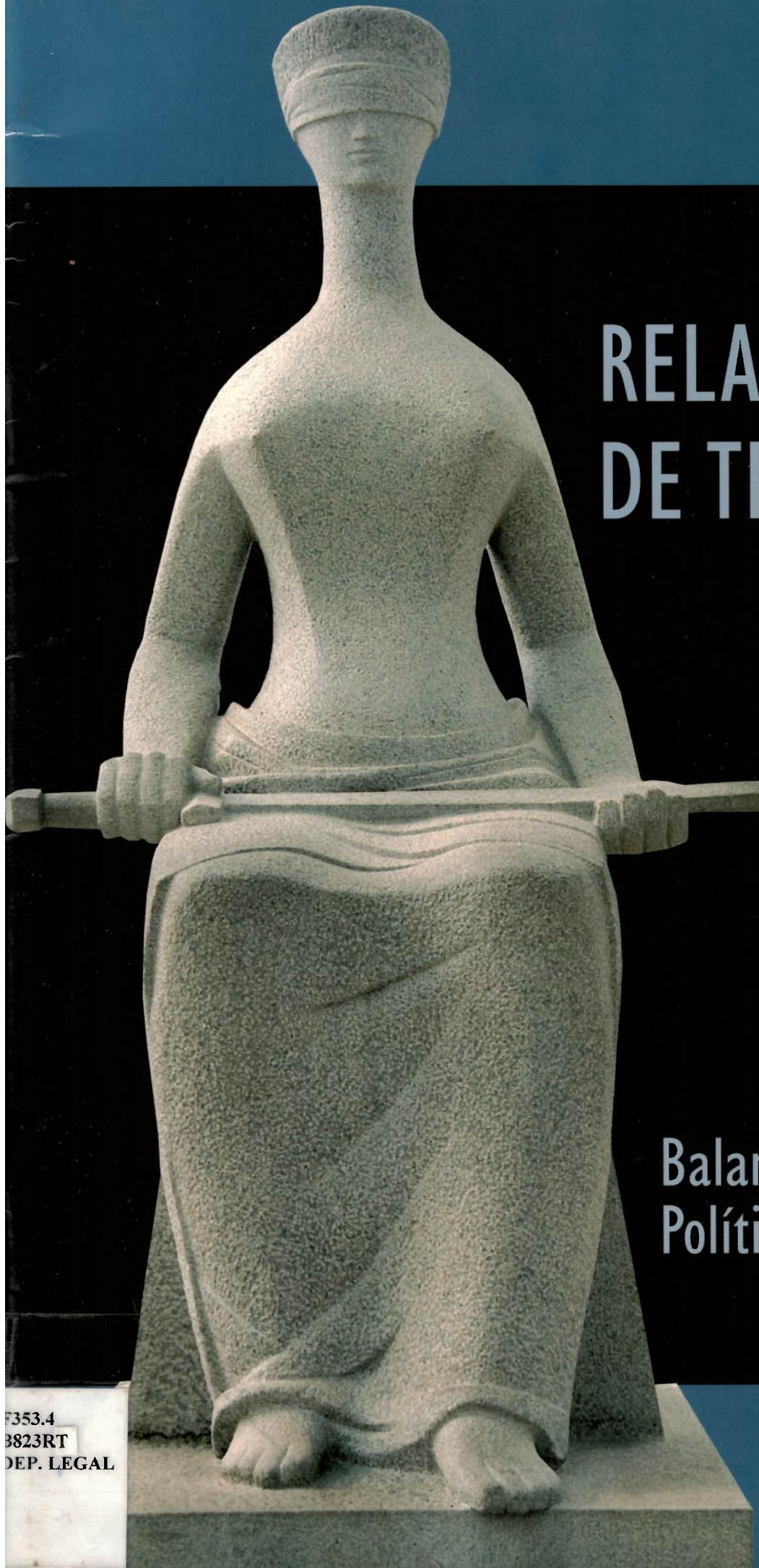


RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO

Balanço
Político-Propositivo



Ministério da Justiça

RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO

Balanço Político-Propositivo

933946

F353.4
B823 RT
DEP. LEGAL





Apresentação	7
Departamento de Polícia Federal – DPF	8
Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF	12
Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP	13
Controle de Armas de Fogo	17
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN	18
Secretaria de Reforma do Judiciário – SRJ	20
Secretaria de Direito Econômico - SDE	23
Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	27
Secretaria Nacional de Justiça – SNJ	29
Secretaria Executiva – SE	34
Fundação Nacional do Índio – FUNAI	38
Defensoria Pública da União – DPU	40
Comissão de Anistia	41
Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL	42
Consultoria Jurídica – CONJUR	44
Programa de Transparência	45

Apresentação



O documento que segue apresenta de forma sucinta – porém vertical – as principais conquistas, realizações e alterações jurídico-institucionais ocorridas nas áreas sob competência do Ministério da Justiça durante os quatro primeiros anos de Governo Lula.

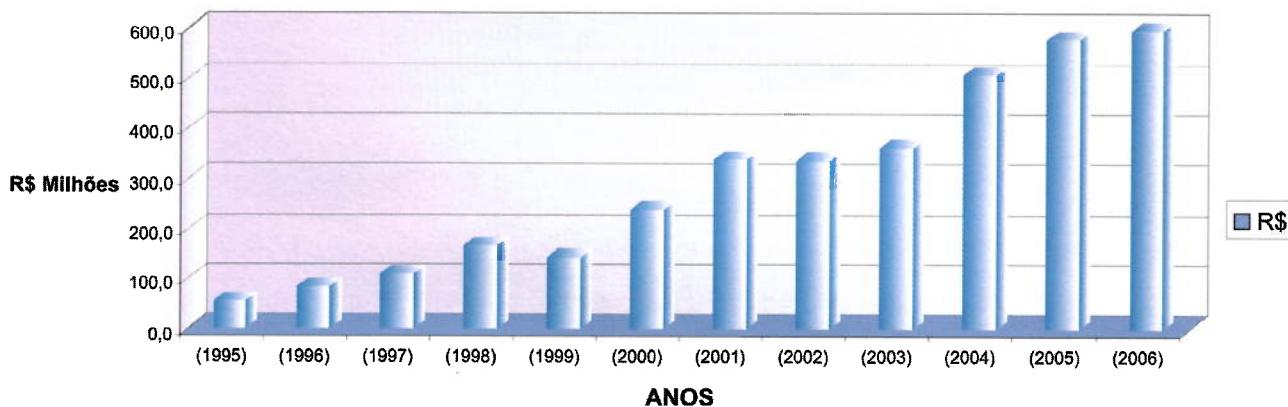
Com base em diretrizes orientadoras do governo federal, foram traçados objetivos estratégicos gerais e setoriais com o intuito de atacar, de forma integrada, os principais problemas da realidade brasileira pertinentes à pasta da Justiça: (i) fragilidade das instituições públicas na garantia dos direitos e deveres de cidadania; (ii) aumento da violência e da criminalidade; (iii) restrições de acesso à justiça pelas classes menos favorecidas; (iv) risco de concentração do poder econômico e lesão aos direitos do consumidor; (v) situação de risco das sociedades indígenas. Os resultados apresentados têm em vista, pois, tais metas.

Ademais, e para além do balanço global de atividades que caracteriza prestação pública de contas – acentuando a transparência, o republicanismo e o reforço do controle social que marcaram o período que ora se encerra –, o Ministério da Justiça vem ainda propor análise crítica acerca de objetivos almejados e alcançados, projetando, para os próximos dois anos, propostas e atividades de fundamental importância à continuidade evolutiva. O legado crítico consolida, por certo, um esforço de viés progressista voltado à luta pela solidificação das instituições, pelo combate à corrupção e pela concretização da cidadania.

A avaliação e a agenda positiva serão oferecidas de maneira setorial, em opção metodológica que busca facilitar a compreensão de avanços e de novos desafios.

Desde o início do Governo, um considerável incremento da dotação orçamentária do DPF – acompanhado de esforços de reconstrução e fortalecimento da instituição – vem contribuindo para que o DPF se projete de maneira cada vez mais positiva na sociedade. O montante de recursos financeiros aplicados no DPF em 2005 foi de aproximadamente R\$ 580,5 milhões de reais, cerca de 71,44% a mais em relação ao último ano do governo anterior (R\$ 338,6 milhões). Até o momento, R\$ 598 milhões foram investidos durante o ano de 2006.

EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NA POLÍCIA FEDERAL



OPERAÇÕES ESPECIAIS

As operações especiais realizadas pela Polícia Federal nos últimos anos são operações complexas do ponto de vista estratégico e demandam não armamentos pesados e policiamento ostensivo, mas sim recursos de inteligência. Foi somente a partir dos investimentos em recursos humanos e infra-estrutura acima mencionados que a Polícia Federal pôde realizar as mais de 300 operações ocorridas nos últimos quatro anos.

O foco inicial das operações foi a depuração da própria instituição. Posteriormente, as operações voltadas aos crimes que enfraquecem e debilitam o Estado, como a corrupção, o contrabando, as fraudes previdenciárias e a sonegação fiscal.

Como resultado de operações como Sanguessuga, Vampiro, Anaconda, Farol da Colina, Facção Toupeira e tantas outras, foram presas 4292 pessoas e diversas facções criminosas foram desmanteladas. O uso de recursos de inteligência permitiu que a grande maioria das operações se desencadeasse e obtivesse êxito sem que houvesse disparo de um único tiro. São alguns exemplos dessas operações:

NOME	BREVE DESCRIÇÃO
TRÂNSITO LIVRE	Operação contra o crime organizado em Foz do Iguaçu. Foram presas dezenas de pessoas envolvidas com tráfico de drogas e contrabando, entre elas policiais rodoviários federais. As investigações provaram que pessoas conhecidas como “batedores” levavam dinheiro dos ônibus carregados de contrabando para policiais rodoviários. Os policiais deixavam o veículo passar com as mercadorias ilícitas, recebendo uma quantia em dinheiro que variava entre R\$ 250 e R\$ 500 por ônibus.

NOME	BREVE DESCRIÇÃO
PRAGA DO EGITO (OU GAFANHOTO)	Deflagrada em quatro estados do país, resultou na apreensão de 53 pessoas, entre elas o ex-governador de Roraima, Neudo Campos. A operação, fruto de mais de três meses de investigação da Polícia Federal, teve como objetivo a prisão de pessoas que promoviam desvio de dinheiro público no estado.
ANACONDA	Desmantelamento de uma organização criminosa que atuava em São Paulo, com ramificações nos estados do Pará, Alagoas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão e oito pessoas foram presas, entre eles dois delegados da PF (um aposentado), um agente da PF, a esposa de um juiz federal e quatro empresários. O material de provas reunido durante a investigação possibilitou ao MP oferecer denúncia criminal contra os integrantes da organização pelos crimes de formação de quadrilha, prevaricação, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, facilitação ao contrabando, lavagem de dinheiro e concussão. Os membros da quadrilha atuavam na intermediação de sentenças judiciais favoráveis.
ZAQUEU	Prisão de auditores fiscais do trabalho, empresários e intermediários que cometiam crimes de corrupção ativa e passiva, concussão, advocacia administrativa, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Os fiscais foram presos porque as investigações da Polícia Federal concluíram que havia um “esquema” de obtenção de propina por meio de corrupção ativa e passiva
VAMPIRO	Resultou no cumprimento de 17 mandados de prisão por acusações de fraude em processo de licitação de hemoderivados no Ministério da Saúde. As investigações começaram em março de 2003, a pedido do ministro da Saúde, Humberto Costa. Seis dos presos são funcionários do Ministério da Saúde. Foram cumpridos, ainda, 42 mandados de busca e apreensão.
FAROL DA COLINA	Resultado de investigações realizadas desde 1997, no caso Banestado, teve por objetivo o combate a crimes financeiros, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Ocorreu em 8 estados e foi resultado do trabalho de uma Força-Tarefa que envolve a Polícia Federal, a Receita Federal, o Banco Central, e o Ministério Público Federal. Foram expedidos 215 mandados de busca e apreensão e 123 de mandados de prisão temporária.
CURUPIRA	Desarticulou uma das maiores organizações criminosas do país, composta por madeireiros e despachantes especializados na extração e transporte ilegal de madeira, mediante corrupção de servidores públicos do Ibama e da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (FEMA). De acordo com levantamentos de analistas ambientais do Ibama, a quadrilha teria transportado um volume de madeira avaliado em R\$ 890 milhões.
TÂMARA	Desmontou uma organização criminosa especializada no tráfico internacional de entorpecentes. O grupo atuava na América do Sul e Europa e enviava quinzenalmente, uma média de 60 quilos de cocaína do Brasil a países europeus e do Oriente Médio.

NOME	BREVE DESCRIÇÃO
MONTE ÉDEN	Teve o apoio da Receita Federal, do Ministério Pùblico Federal e de autoridades do governo uruguai, prendendo integrantes de um esquema de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e sonegação fiscal. As ações aconteceram nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pernambuco e Paraná.
SANGUESSUGA	A operação foi realizada pela Polícia Federal no dia 4 de maio, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa especializada na prática de crimes contra a ordem tributária e fraudes em licitações na área da saúde. Cerca de 250 policiais federais participaram da operação nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Foram cumpridos 53 mandados de busca e apreensão e efetuadas 48 prisões. Integravam a quadrilha funcionários públicos que atuavam no Ministério da Saúde e na Câmara dos Deputados.
NARCISO	Desencadeada para cumprimento de 33 mandados de busca e apreensão e 4 mandados de prisão temporária em São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo e Paraná, com o objetivo de impedir a continuidade do crime de sonegação fiscal da boutique Daslu em São Paulo. A prática de outros crimes - formação de quadrilha, falsidade material e ideológica e crime contra a ordem tributária - foi verificada.
DILÚVIO	Deflagrada em oito estados do Brasil e nos Estados Unidos da América. A ação conjunta entre DPF, Receita Federal e autoridades do governo norte-americano desarticulou o maior esquema já constatado de fraudes no comércio exterior, interposição fraudulenta, sonegação, falsidade ideológica e documental, evasão de divisas, cooptação de servidores públicos, entre outros ilícitos, cometidos por um grupo empresarial estabelecido em São Paulo e com diversas ramificações. Cento e duas pessoas foram presas, sendo cumpridos mais de 200 mandados de busca e apreensão, no Brasil e Estados Unidos da América.

INVESTIMENTOS EM RECURSOS HUMANOS

A recomposição do quantitativo de recursos humanos pertencente aos quadros da Instituição passará de 9.289, em 2002, para 15.000 em 2007. Os salários dos policiais aumentaram, em média, 58% nos últimos três anos. O aumento dos servidores administrativos no mesmo período foi de 141%. Não se trata de mera contratação de pessoal e simples aumento de salário, mas da estruturação de um plano de cargos para a instituição, aprovado em lei (Lei 10.682/2003).

INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA

Com a inauguração da nova sede do Instituto Nacional de Criminalística (INC), a Polícia Federal passou a contar com laboratórios que a colocam entre as melhores polícias do mundo em matéria de policiamento técnico-científico.

Entre os diversos laboratórios presentes no INC estão os de Genética Forense, Balística Forense, Geoprocessamento, Geofísica Forense, Perícia de Crimes Contra a Fauna e Flora, Perícia em Gemas, Engenharia, Laboratório de Química Legal, Informática, Documentoscopia, Audiovisual e Eletrônicos, e Perícias Contábeis e Econômicas.

Merece destaque a implementação do sistema AFIS Criminal, que serve como base nas ações de identificação

criminal do Brasil, por estar integrado ao Sistema Nacional de Identificação, permitindo a elucidação de diversos crimes que antes ficavam impunes pela inexistência da prova científica.

Este ano, o DPF está investindo, também, em equipamentos de telecomunicação, com a aquisição de estações fixas e táticas (móvels) do TETRAPOL (sistema digital, criptografado), além de 2000 aparelhos portáteis. A infra-estrutura do TETRAPOL servirá de base tecnológica do sistema de radiocomunicação dos órgãos de segurança pública nos estados, permitindo transmissão de voz e dados de forma segura, criando as bases para a integração das polícias estaduais à Polícia Federal e Rodoviária Federal. Por essas razões, os avanços em tecnologia de ponta, que estão sendo realizados na Polícia Federal, atendem não apenas ao órgão, mas se constituem também na base tecnológica do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O Departamento de Polícia Federal adquiriu cerca de 6.000 novas armas e veículos para transporte por todos os meios. No que se refere à infra-estrutura imobiliária, foi ampliado o número de unidades descentralizadas, sendo instaladas nove delegacias em pontos estratégicos. Também foram reformadas mais de 40 unidades, entre superintendências e delegacias, e entregues quatro novas sedes, o que possibilitou o recebimento dos novos equipamentos e incremento de pessoal.

NOVO PASSAPORTE

Atendendo a padrões internacionais de segurança, o novo passaporte brasileiro foi lançado em dezembro de 2006. O documento, que agora também traz em sua face inscrição relativa ao Mercosul, conta com 16 itens de segurança, o que tornará sua falsificação praticamente impossível.

Todos os países desenvolvidos e a grande maioria dos países em desenvolvimento já possuem documento de viagem compatível com o sistema de leitura mecânica (passaporte “eletrônico”) estabelecido pela Organização de Aviação Civil Internacional ICAO-ONU. Com o novo passaporte, o Brasil passa a integrar esse grupo.

A alteração integra ainda os esforços para modernização do sistema de controle de tráfego internacional em portos, aeroportos e postos de fronteira, bem como auxiliará o trabalho da PF, já que os dados biométricos dos titulares ficarão armazenados em seu banco de dados.

PERPECTIVAS

Para que o processo de consolidação e reforço institucional do DPF tenha seguimento e atenda à demanda que lhe é imposta em razão do aumento da violência, da especialização do crime, da larga extensão das fronteiras nacionais e do acréscimo das atribuições institucionais do órgão, é fundamental a manutenção dos investimentos em recursos humanos e materiais. Nesse sentido, destacam-se as seguintes demandas: **(i)** alteração da Lei Orgânica da Polícia Federal, de modo a dotá-la de instrumentos normativos adequados, levando em conta que a atipicidade de sua atuação impõe ao órgão necessidades especiais; **(ii)** aprovação da reestruturação do Plano Especial de Cargos do DPF, com o objetivo de dotar a carreira de estrutura funcional, valorizando os servidores que exercem atividades- meio na Instituição. Essa medida visa a evitar a evasão de servidores qualificados do quadro do DPF, bem como a permitir a liberação de policiais federais para o desempenho de atividades-fim. Destaca-se, ainda, a necessidade de **(iii)** instalação de novas delegacias regionais de acordo com planejamento estratégico da instituição, notadamente aquelas especializadas nas ações de prevenção e repressão aos crimes financeiros, em cumprimento a uma das metas da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro; e de **(iv)** investimentos em sistemas de informações, destacando-se a aquisição de infra-estrutura de informática para o INC, infra-estrutura de armazenamento de dados para a Coordenação de Tecnologia da Informação e a adequação técnica de sítios da rede de radiocomunicação da cidade do Rio de Janeiro, projetos orçados em aproximadamente U\$ 7 milhões.

Dentre os avanços relacionados ao DPRF durante 2003 e 2006 destacam-se (i) os investimentos em recursos humanos; (ii) os investimentos em infra-estrutura; e (iii) a melhora do policiamento.

INVESTIMENTOS EM RECURSOS HUMANOS

Foram contratados 3.090 novos policiais, um aumento de 35% em relação ao efetivo da PRF em 2002. Mais de 400 cursos em diversas modalidades foram realizados, dentre eles o de formação de pilotos de aeronaves. Esses eventos capacitaram mais de 26 mil servidores.

INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA

Novos equipamentos foram adquiridos, incluindo-se a renovação parcial da frota. Por meio da realização de contratos de manutenção para os helicópteros do DPRF, permitiu-se a reativação de oito aeronaves que estavam inoperantes.

Foram reformadas 157 unidades entre postos, delegacias e superintendências, e elaborados os projetos para a construção da nova sede e da Academia do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a ser iniciada em 2007. Todas as 385 unidades operacionais tiveram sistemas de telecomunicações instalados, permitindo sua conexão à rede do DPRF, à Internet e aos mais diversos bancos de consulta, como o INFOSEG. Tudo isso garante agilidade e segurança aos usuários, além de agora propiciar a implantação de diversos sistemas operacionais que poderão subsidiar a tomada de decisões por parte dos gestores.

POLICIAMENTO MAIS EFETIVO

O policiamento da Polícia Rodoviária Federal apresentou significativo ganho de efetividade, merecendo destaque as atividades voltadas ao combate à exploração sexual, que resultaram no mapeamento de pontos de risco ao longo das rodovias federais e no encaminhamento de menores aos conselhos tutelares.

No tocante ao combate ao crime organizado e tráfico de armas e drogas, foi registrado recorde histórico de apreensões de drogas. Os números de apreensões já superam 150 toneladas de maconha e seis toneladas de cocaína, um aumento de 50% e 89%, respectivamente, em relação ao quadriênio anterior.

Nas ações de repressão ao contrabando e à pirataria, o reforço do policiamento de fronteira permitiu a apreensão de mais de seis milhões de maços de cigarro, aumento de 105%, sobre o quadriênio anterior. Foram também apreendidas 4.800 armas de fogo, uma queda de 16% em relação ao quadriênio anterior, possivelmente em virtude do desarmamento promovido pelo governo, e mais de 350 mil munições apreendidas, um aumento de 34% em relação ao quadriênio anterior.

PERSPECTIVAS

O Departamento destaca como providência fundamental para seu melhor funcionamento no futuro (i) aumentar o efetivo conforme cronograma pré-estabelecido, de modo a permitir maior eficácia na execução de ações planejadas; (ii) consolidar e integrar os sistemas de comunicação de dados, telefonia e rádio, buscando eficiência nos recursos investidos na área. Também são essenciais (iii) o fortalecimento da corregedoria e (iv) a criação de uma ouvidoria externa permanente.

Em 2003, a SENASP deixou de funcionar como mera tesouraria do Fundo Nacional de Segurança Pública, cujas liberações de recursos não eram ligadas a políticas públicas efetivas para a área, para se consolidar como um órgão de articulação e mediação no planejamento e execução das ações de segurança em todo o país. Dentre as ações que fazem parte desse processo, destacam-se:

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP)

O objetivo do SUSP é a integração de esforços do governo federal e das instituições de segurança pública dos estados, visando à redução da criminalidade e da violência. Para atingi-lo, o SUSP atua em várias frentes, tais como (i) apoio à reforma dos sistemas e instituições de segurança pública dos estados e municípios; (ii) implantação de novos modelos de segurança pública; (iii) implantação de unidades funcionais de segurança pública; (iv) implantação de sistemas integrados de formação e valorização de pessoal; (v) implantação do sistema de gestão do conhecimento; (vi) intensificação da repressão qualificada e (vii) apoio a projetos de prevenção da violência.

Valorizando a informação como principal ferramenta de ação policial, três sistemas de informações foram criados no âmbito do SUSP. O Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP. O monitoramento constante da situação da segurança pública no país, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas visa a permitir não só a avaliação e divulgação dos resultados alcançados, como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios para a correção de problemas identificados.

IMPLANTAÇÃO DOS GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA – GGI

Os GGIs, implantados em todas as 27 Unidades da Federação, congregam representantes das três esferas para discutir propostas de redução da violência. Destacam-se temas como a criação da Força Nacional de Segurança Pública, a estruturação da Rede Infoseg – que interliga os bancos de dados de segurança, justiça e fiscalização de todo o país –, a criação da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública e da Rede Nacional de Educação à Distância – promovendo a profissionalização dos operadores de segurança pública por meio da padronização de princípios e técnicas de atuação – e a formação de uma Rede Nacional de Laboratórios de DNA, valorizando o trabalho investigativo das organizações de segurança pública.

É por meio do respectivo GGI que se realiza a coordenação das ações SUSP entre as unidades da federação. Nos Gabinetes funcionam fóruns deliberativos e executivos, que operam por consenso, sem hierarquia e respeitando a autonomia das instituições que o compõem, no âmbito dos quais são montadas comissões temáticas para estudo, análise, diagnóstico e apresentação de linhas de ações de combate à violência e criminalidade.

Ações integradas vêm sendo desenvolvidas nos Estados do Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Sergipe, Roraima, Tocantins, Amazonas e no Distrito Federal, com especial atenção ao combate à prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes, à prevenção ao uso de drogas, à polícia comunitária, aos conflitos agrários e ao combate à pirataria.

CRIAÇÃO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP)

Instrumento operacional e indutor do SUSP, a Força Nacional de Segurança Pública não foi gerada a partir da criação de uma nova força policial, mas da estruturação de um grupo de elite composto pelas polícias dos estados. Trata-se

de solução eficaz para o indevido emprego das forças armadas em policiamento civil. Já foram investidos quase R\$ 60 milhões de reais na FNSP.

Inspirada na atuação das forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), a Força Nacional é controlada pelo Governo Federal e atua, quando solicitada, em situações de calamidade ou casos de crise aguda nos estados que exigam reforço na segurança. A Força Nacional somente é acionada mediante requisição dos governos estaduais ao Governo Federal e fica sob o comando do solicitante, garantindo, assim, o princípio da não-intervenção.

A Força tem por objetivo, ainda, estimular a solidariedade federativa, bem como acabar com o problema das fronteiras internas que impediam a cooperação entre as polícias estaduais e geravam conflitos de jurisdição, permitindo a atuação desmedida de grupos criminosos. Até a presente data, já foram formados 7.965 profissionais de todo o país, dentre os quais 563 são bombeiros. Após ter sido empregada com êxito no Espírito Santo e no Mato Grosso do Sul, a Força já realizou treinamento na cidade do Rio de Janeiro, para adequação operacional às especificidades locais.

Os Corpos de Bombeiros, além de integrarem a Força, foram incluídos nos benefícios do Fundo Nacional de Segurança Pública a partir de 2004. Esta inclusão visou estabelecer um conjunto de ações para padronizar seus instrumentos de trabalho, definir a Legislação Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico e estruturar a mobilização dos bombeiros aos moldes da Força Nacional de Segurança Pública. Com a participação de todas as corporações estaduais, sob a coordenação da SENASP, foi realizado o planejamento estratégico do emprego de bombeiros com projetos a serem desenvolvidos a curto, médio e longo prazo. Merecem destaque nesse plano as medidas relacionadas à implementação do Protocolo de Kyoto, gerenciamento de uma potencial nova crise energética, aumento do fluxo turístico no País e o aproveitamento racional da biodiversidade. Foram realizados investimentos no valor de R\$ 32 milhões na compra direta de equipamentos, sendo que cada unidade da Federação recebeu R\$ 1,2 milhão para alocar conforme suas necessidades.

REDE INFOSEG

A Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização engloba informações oriundas dos seguintes órgãos: Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Departamento de Trânsito dos estados, Departamento Nacional de Trânsito, polícias Civil e Militar, Exército Brasileiro, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal e Tribunais de Justiça estaduais. A Rede foi totalmente reestruturada pelo Ministério da Justiça, com a participação de técnicos de todos os estados e órgãos federais, sendo acessada via Internet, equipamentos de rádio e telefones celulares. Entre 2003 e setembro de 2006 os acessos às bases de dados integradas via REDE INFOSEG passaram de três milhões a 14 milhões. Atualmente, mais de 60 mil usuários espalhados por 200 órgãos estão cadastrados.

RENAESP

A Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública – RENAESP – constitui o credenciamento, financiamento e acompanhamento de Instituições de Ensino Superior para realização de cursos de especialização de gestão em Segurança Pública, voltados, especificamente, para o segmento intermediário das Organizações de Segurança Pública.

A intenção é desenvolver entre os profissionais e suas organizações o conhecimento e a capacidade crítica necessários à gestão da segurança pública, articulados com os avanços científicos e o saber acumulado. No final de 2005, o curso elaborado pela Universidade Federal da Bahia e apoiado pela RENAESP especializou 60 policiais. Em 2006, 22 instituições de ensino superior foram credenciadas e realizam cursos de especialização em Segurança Pública.

No mesmo prisma, a Rede de Ensino à Distância possibilitou a educação continuada, integrada e qualificada de forma gratuita aos profissionais de segurança pública de todo país – policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais e rodoviários federais –, independente de sua localização geográfica. Para tanto, foram implantados 60 tele-centros – ambientes físicos dotados de tecnologia constituídos por tele-sala, web-sala e ambiente para a tutorial nos quais os profissionais de segurança pública terão acesso a cursos específicos para a área. Até o final de 2005, o projeto envolveu recursos no valor de R\$ 13.558.302,60.

Até outubro de 2006, cerca de 36 mil alunos estavam realizando os seguintes cursos via-Internet: Mulher Vítima de Violência Doméstica, Saúde ou Doença: de qual lado você está?, Direitos Humanos, Uso Legal da Força, Combate a Lavagem de Dinheiro, Tráfico de Seres Humanos, Uso da Informação, Local do Crime: Isolamento e Preservação, Violência e Prevenção e Busca e Apreensão.

PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Em consonância com a diretriz de promoção dos Direitos Humanos, a SENASP tomou como meta também a realização de ações visando democratizar o acesso à segurança, priorizando públicos desfavorecidos como as crianças, mulheres, pessoas do grupo GLBTS e os próprios operadores de segurança pública. Além de incentivar a elaboração de diagnósticos sobre o acesso destes grupos à segurança pública, a SENASP propôs a modernização das Polícias Civis no Brasil, buscando valorizar o caráter profissional da ação destas organizações. Em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, elaborou uma norma técnica de funcionamento e estruturação das Delegacias Especializadas em Atendimento às Mulheres e modernizou estas delegacias com equipamentos.

SEGURANÇA DOS JOGOS PAN-AMERICANOS RIO 2007

A SENASP foi encarregada de planejar e garantir o bom funcionamento do esquema de segurança dos Jogos Pan-Americanos. Desde fevereiro de 2006, encontra-se funcionando no Rio de Janeiro, cidade onde serão realizados os jogos, a Coordenadoria das Ações de Segurança Pública dos Jogos Pan-Americanos. Estabelecida pelo Comitê Olímpico Internacional – COI e apoiada em três eixos (segurança operacional, inteligência e logística), a Coordenadoria conta com uma inovação esse ano: o Centro de Controle Operacional de Programas Especiais, voltado ao desenvolvimento de projetos sociais, na busca da integração da sociedade carioca, principalmente das comunidades carentes, com os jogos. É o caso do Projeto Guias Cívicos, que está formando 10.500 jovens de 149 comunidades carentes para atuarem nos jogos. A SENASP deverá investir cerca de R\$ 385 milhões na segurança da olimpíada que beneficiaria a segurança pública do Rio de Janeiro inclusive após a realização dos jogos. Os equipamentos adquiridos, o centro escola de segurança pública e o projeto das guardas civis ficarão como legado à cidade.

COMPRAS DIRETAS

A SENASP tem adotado a forma de repasse direto de recursos, adquirindo pessoalmente os equipamentos repassados. Em uma única compra são adquiridos equipamentos para diversas unidades da federação. Com isso, um volume maior de equipamentos é negociado, o que reduz o custo unitário dos produtos. Além disso, verifica-se uma padronização dos equipamentos enviados às polícias brasileiras. Em 2003 houve a aquisição direta no valor de mais de R\$ 18 milhões. Em 2005 esse valor já era de quase R\$ 130 milhões.

PERSPECTIVAS

Para os próximos anos, a SENASP almeja a realização de ações que consolidem o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), objetivando a integração das instituições de segurança pública, a democratização e a participação da sociedade e do Estado no combate à violência e à criminalidade.

Dentre elas, destacam-se: (i) investimentos na formação e valorização profissional, tais como ampliação da rede de ensino, dos projetos de ensino à distância e dos projetos com as Guardas Municipais; (ii) investimentos na gestão de conhecimento e informações criminais, de segurança pública e justiça criminal, tais como ampliação e melhoramento do Infoseg; (iii) reorganização das instituições policiais, por meio da criação de uma Lei Orgânica para as polícias civis, implementação de estrutura organizacional padronizada para todo o país, e criação de piso salarial para os policiais civis.

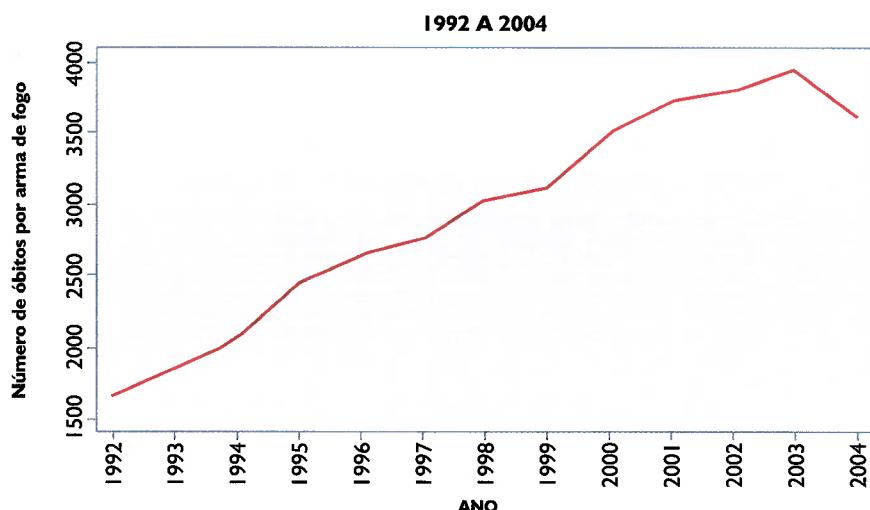
Controle de Armas de Fogo

O Estatuto do Desarmamento, aprovado em 22 de dezembro de 2003, trouxe regras extremamente rígidas de controle da aquisição, posse e porte de armas de fogo, determinando a entrega das armas por aqueles que não pudessem ou desejassem cumprir com tais regras. Para dar a maior efetividade possível ao estatuto, o Ministério da Justiça, que já havia se empenhado na elaboração e aprovação do Estatuto, coordenou, com o apoio da Polícia Federal, do Ministério da Defesa, das polícias estaduais e de entidades da sociedade civil, a Campanha do Desarmamento.

A Campanha teve início em julho de 2004, com a meta inicial de recolher 80 mil armas até 23 de dezembro daquele ano. Com esse objetivo em vista, o ministro da Justiça, por meio da Caravana do Desarmamento, percorreu as 27 unidades da Federação e contou com ampla participação da sociedade para que, a partir de uma maciça adesão à Campanha, núcleos regionais de conscientização e recolhimento de armas fossem articulados. O sucesso da Campanha superou todas as expectativas: as mais de 453.667 mil armas entregues pela população representaram uma superação da meta em cerca de 567%.

A probabilidade de ocorrência de morte por arma de fogo decresceu significativamente de 2003 para 2004. A taxa de mortalidade por arma de fogo era de 22,4 por 100 mil habitantes em 2003, caindo 10% - para 20,3/100 mil – no ano seguinte.

TENDÊNCIA DO NÚMERO DE ÓBITOS POR ARMA DE FOGO NO BRASIL



Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde/MS

Ciente de todos esses avanços, a UNESCO concedeu à Campanha do Desarmamento o Prêmio UNESCO – 2004, na categoria Direitos Humanos e Cultura da Paz, reconhecendo a Campanha como uma das melhores estratégias de promoção da paz já desenvolvidas no Brasil. O governo da Argentina solicitou ao Brasil cooperação técnica para implementação de política pública idêntica naquele País.

PERSPECTIVAS

Está prevista para o ano de 2007 a realização da Campanha do Registro Federal de Armas de Fogo. Mais de oito milhões de armas devem passar dos registros estaduais para o registro federal.

Na área de Execução Penal, o principal objetivo definido pelo Ministério da Justiça foi o de *reestruturar o Sistema Penitenciário, promovendo sua modernização e controle, garantindo a presença das políticas públicas nos presídios e fortalecendo a aplicação das penas alternativas*. Para alcançá-lo, foram definidas três estratégias principais: (i) diminuir a superlotação dos estabelecimentos penais nos Estados e Distrito Federal; (ii) sufocar o controle de grupos criminosos organizados sobre a população prisional; (iii) promover atividades que contribuam na reintegração do preso à sociedade e na redução dos índices de reincidência criminal.

Nesse escopo inserem-se as principais atividades realizadas pelo DEPEN no quadriênio 2003-2006: (i) criação do Sistema Penitenciário Nacional; (ii) repasses de recursos e projetos em cooperação com os Estados; (iii) incentivos à aplicação de penas e medidas alternativas; (iv) implementação de políticas públicas integradas para o sistema penitenciário (essencialmente na área educacional); (v) estruturação do INFOPEN.

CRIAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL

(sufocar o controle de grupos criminosos organizados sobre a população prisional)

Previsto pela Lei de Execução Penal de 1984, somente no atual governo a prescrição legislativa de criação de um Sistema Penitenciário Federal foi, finalmente, concretizada. Em 2004, o Ministério da Justiça iniciou a implementação do Sistema, que será composto por cinco penitenciárias de segurança máxima, operadas por corpo funcional próprio, com a finalidade de abrigar presos de alta periculosidade visando desarticular o crime organizado nos sistemas penitenciários locais. A capacidade individual de cada unidade é de 208 presos.

A consolidação do Sistema Penitenciário Federal envolveu uma série de providências, e não somente a edificação das unidades, como procedimentos licitatórios visando à aquisição de bens e equipamentos de segurança, contratação de serviços, realização de concurso público para provimento de cargos de Agente Penitenciário Federal, capacitação dos agentes, etc. Entre obras e equipamentos, cada unidade representa um investimento de aproximadamente R\$ 25 milhões. Assim, os estados deixam de receber recursos equivalentes à implementação do Sistema Penitenciário Federal mas, em contrapartida, beneficiam-se fortemente dessa nova ferramenta de desarticulação do crime organizado.

A primeira Penitenciária Federal foi inaugurada em junho de 2006, no município de Catanduvas/PR, e encontra-se em plena operação. A segunda unidade, situada em Campo Grande/MS, já foi concluída e deverá ser inaugurada até o final de 2006. As unidades de Mossoró/RN e Porto Velho/RO estão em fase de obras, devendo ser inauguradas em junho e dezembro de 2007, respectivamente. A quinta e última Penitenciária Federal está em fase de definição e deverá entrar em operação em 2008.

DIMINUIR A SUPERLOTAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS

Com uma sólida política de financiamento aos estados, baseada em critérios que consideram as realidades regionais, foram conveniadas 19.716 novas vagas (até outubro de 2006), refletindo um investimento de cerca de R\$ 454 milhões. Houve enorme esforço de repasse de recursos para alavancar o aparelhamento dos estabelecimentos penais estaduais – convênios para aquisição de detectores de metais, aparelhos de raio-x, veículos de transporte de presos, computadores, equipamentos médico-ambulatoriais etc – além de aquisições diretas para posterior doação aos estados.

Verifica-se, portanto, no período 2003/2006, uma aplicação de recursos racional e de maior qualidade, fruto de projetos integrados, com equipamentos de alta tecnologia e resultados imediatos nos sistemas locais.

Registrem-se, ainda, iniciativas do Ministério voltadas para o fomento da aplicação de penas e medidas alternativas, contribuindo para atenuar o problema da superlotação. Nos últimos quatro anos, estima-se um crescimento exponencial: em 2002, 21.560 pessoas cumpriam penas ou medidas alternativas. Ao final de 2006, a estimativa é de cerca de 170 mil pessoas. Esses números – elevação de quase 700% em quatro anos – denotam o sucesso da política de expansão e de aceitação e reconhecimento das penas e medidas alternativas perante os órgãos da execução penal e junto à sociedade

em geral. A criação em 2006, no âmbito do DEPEN, da Coordenação Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas, é mais um importante passo na consolidação de uma política pública séria e consistente de apoio às alternativas ao encarceramento.

PROMOÇÃO DE ATIVIDADES QUE CONTRIBUAM PARA A REINTEGRAÇÃO DO PRESO À SOCIEDADE E PARA A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE REINCIDÊNCIA CRIMINAL

O tratamento penal dos presos, sob qualquer perspectiva, depende de um corpo de servidores qualificados e dispostos a promover a reintegração social, a atenção à saúde, a inclusão educacional, entre outros. O DEPEN investiu decisivamente na valorização dos servidores do sistema penitenciário a partir da consolidação de uma política pública de educação em serviços penais de caráter permanente e articulada com as unidades da Federação. Ao lado de outras ações, incentivou a instalação de escolas penitenciárias em todo país. Até 2005, apenas cinco estados as possuíam. O DEPEN financiou a instalação de escolas em outros oito estados e, em 2006, está promovendo a instalação em mais cinco unidades da federação, totalizando 19 escolas penitenciárias em todo o Brasil.

Destacam-se, ainda, políticas integradas e protocolos de intenções com órgãos como o Ministério do Trabalho, do Desenvolvimento Agrário e com a Secretaria de Políticas para Mulheres.

INFOOPEN

Vale também destacar a alteração promovida no ano de 2005 no âmbito do Sistema de Informações Penitenciárias – INFOOPEN. Reestruturando um sistema de dados até então precário, atualmente o DEPEN possui e disponibiliza publicamente dados estatísticos que permitem a leitura da realidade nacional no que diz respeito ao perfil da população prisional, à situação dos estabelecimentos penais e às condições dos servidores do sistema penitenciário. Há ainda, entretanto, necessidade de melhorias como o reforço do cumprimento da parcela que cabe aos estados e sua integração com o INFOSEG nos próximos anos.

Ainda em 2006 será implementado o INFOOPEN Gestão, ferramenta que auxiliará os estados a organizarem e controlarem o funcionamento de seus sistemas penitenciários e oferecerá ao DEPEN e aos entes federados, em tempo real, informações individualizadas acerca de cada preso do país.

A agilidade, o acesso e a racionalidade na solução de conflitos estão na pauta da sociedade há muito tempo. Os problemas na prestação de serviços judiciais afetam a todos e, por isso, devem ser discutidos e resolvidos em ações e discussões integradas. Para reafirmar o compromisso do Executivo e fomentar o processo de reforma do sistema judicial brasileiro foi criada, em 2003, a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), com o objetivo de promover, coordenar, sistematizar e angariar propostas referentes ao tema. Trata-se do órgão responsável pela interlocução e pela articulação do Executivo com os outros poderes, demais atores governamentais nacionais e internacionais (incluindo as justiças estaduais) e sociedade civil.

Para cumprir seus objetivos, a SRJ atua essencialmente em quatro frentes: (i) reforma constitucional; (ii) reforma infraconstitucional; (iii) elaboração de iniciativas e estímulo a projetos de modernização de gestão (reforma administrativa); (iv) realização de diagnósticos e pesquisas sobre o Poder Judiciário.

REFORMA CONSTITUCIONAL

A promulgação da Emenda Constitucional 45, em 30 de dezembro de 2004, representou um marco na luta por um judiciário mais ágil e eficiente. Alguns dos principais pontos da Emenda aprovada são: (i) criação de órgãos de controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público, como o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – responsável por zelar pela autonomia e pelo planejamento estratégico, plano de metas e programas de avaliação institucional do Poder Judiciário, dentre outras atribuições executivas e disciplinares postas no Art. 103-B, par. 4º da CF/88; (ii) uniformização de critérios para concursos de juízes e promotores; (iii) quarentena para membros do Judiciário e do Ministério Público (proibição para exercer a advocacia, por três anos, junto ao juízo ou tribunal do qual fazia parte, após a aposentadoria ou exoneração); (iv) federalização dos crimes contra os direitos humanos; (v) autonomia das Defensorias Públicas.

REFORMA INFRACONSTITUCIONAL

Até o dia 15 de dezembro de 2006, dos 26 projetos de lei que compõem a reforma infraconstitucional encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2004, e somados a outras iniciativas legislativas, dez já haviam sido aprovados e sete transformados em lei. As propostas de alteração das leis processuais civil, trabalhista e penal foram elaboradas pela SRJ em conjunto com o Supremo Tribunal Federal, o Instituto Brasileiro de Direito Processual e entidades de magistrados, promotores e advogados. Trata-se de uma prioridade do governo federal para agilizar a tramitação de processos, racionalizar o sistema de recursos judiciais e inibir a utilização da Justiça com fins meramente protelatórios.

LEIS DA REFORMA INFRACONSTITUCIONAL EM VIGOR

LEI 11.232/05 (PL 52/04) – EXECUÇÃO DE TÍTULOS JUDICIAIS

Une as fases de conhecimento e de execução em um único processo, e acaba com a necessidade de se fazer nova citação pessoal do réu no momento da execução. Prevê ainda a exigência de pagamento da dívida já no início do processo de execução.

* Sancionado em 22 de dezembro de 2005, já em vigor.

LEI 11.187/05 (PL 72/05) – ALTERAÇÃO E LIMITAÇÃO DO SISTEMA DE AGRAVOS

Determina que os agravos só serão julgados no momento da apelação, salvo em casos de possível lesão irreparável.

* Sancionado em 19 de outubro de 2005, já em vigor.

LEI 11.276/06 (PL 90/05) – SÚMULA IMPEDITIVA DE RECURSOS

Determina que o juiz de primeira instância não aceitará apelação se sua sentença estiver em conformidade com matéria sumulada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça. A proposta busca reduzir o número de recursos propostos junto aos tribunais sem ferir a autonomia dos magistrados, que se mantêm livres para decidir de forma diferente daquela prevista nas súmulas dos tribunais superiores.

* Sancionado em 7 de fevereiro de 2006, já em vigor.

LEI 11.277/06 (PL 101/05) – AÇÕES REPETITIVAS

Estabelece que em casos de ações de matéria de direito igual sob a responsabilidade de um mesmo juiz, e desde que ele tenha decisão formada de improcedência em relação à causa, a ação poderá ser extinta sem necessidade de ouvir as partes. Tem grande repercussão porque valoriza as decisões dos juízes de primeira instância, consideradas hoje como “ritos de passagem”.

* Sancionado em 7 de fevereiro de 2006, já em vigor.

LEI 11.280/06 – PRAZO PARA PEDIDO DE VISTAS

Cria regras para acelerar o julgamento de processos como, por exemplo, a imposição de prazo para que um desembargador ou ministro, quando peça vista de um processo, devolva-o rapidamente (10 dias para retomar o julgamento). O projeto também permite ao juiz decretar, independentemente de provocação, a prescrição do direito em discussão no processo.

* Sancionado em 17 de fevereiro de 2006, já em vigor.

LEI 11.341/06 – MÍDIA ELETRÔNICA

Simplifica e informatiza procedimentos, ao admitir a utilização de decisões disponíveis em versão eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial.

* Sancionado em 7 de agosto de 2006, já em vigor.

LEI 11.382/06 – EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS

Complementa a reforma iniciada pela Lei 11.232/05, alterando o procedimento para execução de títulos extrajudiciais.

* Sancionado em 13 de dezembro de 2006, já em vigor.

PROJETOS DA REFORMA INFRACONSTITUCIONAL EM VIAS DE APROVAÇÃO E SANÇÃO

Alguns projetos estão em fase adiantada de análise no Congresso, bem como outros já foram aprovados e aguardam sanção. São eles os que se referem (i) à regulamentação repercussão geral do Recurso Extraordinário, (ii) à regulamentação da súmula vinculante, (iii) a informatização processo judicial, (iv) à possibilidade de realização de separação e divórcio por via administrativa e (v) a reforma trabalhista.

MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO (REFORMA ADMINISTRATIVA)

No âmbito do fomento à modernização de gestão, a SRJ adotou uma série de iniciativas. Destaca-se a criação, em 2004, do *Prêmio Innovare*, cujo objetivo é identificar, premiar, sistematizar e disseminar práticas pioneiras e bem sucedidas de gestão do Poder Judiciário e do Ministério Público que estejam contribuindo para desburocratização e eficiência dos serviços da Justiça. Ao lado da premiação anual, as melhores práticas identificadas fazem parte de um banco de dados de boas iniciativas e de publicação específica. A partir deste ano, a categoria da Defensoria Pública também participa do concurso.

Destacam-se, ainda, (i) o acordo entre os Ministérios da Justiça, das Comunicações, o Conselho da Justiça Federal e o STF para integrar os Juizados Especiais Federais à rede do Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), (ii) a implantação dos postos avançados da Justiça Federal nos Centros de Integração da Cidadania (CIC), (iii) a proposta de um sistema de comunicação entre as Justiças dos países ibero-americanos (Iberrede), bem como (iv) as iniciativas de penhora, arresto ou seqüestro *on line* de imóveis e bloqueio de veículos.

DIAGNÓSTICOS E PESQUISAS SOBRE O PODER JUDICIÁRIO

Entre as estratégias da SRJ para colaborar com a melhoria do sistema judicial brasileiro está a elaboração de pesquisas e diagnósticos de instituições do judiciário a fim de traçar um retrato dessas organizações, identificar gargalos e propor soluções. Desde 2003, a SRJ realizou os diagnósticos do Poder Judiciário, dos Juizados Especiais Cíveis, da Defensoria Pública e do Ministério Público dos Estados. Também será apresentado, até o final de 2006, o Diagnóstico do Ministério Público Federal.

A SRJ também fez um estudo sobre o impacto do funcionamento do Poder Judiciário na economia brasileira. O mau funcionamento e o congestionamento da Justiça são apontados como fatores que compõem o risco Brasil, afugentando investidores estrangeiros. O estudo feito em parceria com o Banco Mundial teve como objetivo identificar as causas da morosidade e propor soluções para o problema.

PERSPECTIVAS

Para a continuidade do trabalho de mapeamento da estrutura judiciária brasileira, novos estudos estão sob a égide da SRJ. Destacam-se: (i) a *Pesquisa sobre Cartórios no Brasil*; (ii) o *Projeto Biblioteca Virtual - Regularização Fundiária e Cartorária*; (iii) a pesquisa de análise de impacto dos projetos aprovados pela reforma infraconstitucional na melhoria do funcionamento da justiça brasileira.

Já no âmbito dos estudos sobre o impacto do funcionamento do Poder Judiciário na economia brasileira, outras quatro pesquisas estão sendo realizadas: (i) diagnóstico sobre a atuação do poder público em juízo – quanto gasta e ganha a União quando participa de processos judiciais na condição de ré; (ii) avaliação sobre o volume de Execuções Fiscais em todo o país; (iii) Ações Coletivas e do Código de Proteção do Consumidor; e (iv) Diagnóstico Humano do Poder Judiciário.

DEPARTAMENTO E PROTEÇÃO E DEFESA ECONÔMICA - DPDE

No DPDE, a atuação foi direcionada para o combate a cartéis e melhoria operacional do órgão, que terminou por contribuir sensivelmente para a concreção do primeiro objetivo. Como consequência, a Secretaria também ganhou uma projeção institucional antes desconhecida pelo órgão.

COMBATE A CARTÉIS

O combate a cartéis foi priorizado devido aos prejuízos causados aos consumidores e à economia nacional. Com o objetivo de mapear o estoque de casos em trâmite, definir claramente as investigações prioritárias para o período de 2003 a 2006 e tratar de forma mais célere esses casos, a primeira medida adotada foi realizar uma correição processual no DPDE.

Em 31 de dezembro de 2002, os dados de estoque eram de 219 atos de concentração, 217 processos administrativos, 210 averiguações preliminares e 583 procedimentos administrativos. Ao final de 2003, quando foi concluída a correição informal no DPDE, verificou-se que o estoque reduziu substancialmente, passando a 112 atos de concentração (redução de 48,85%), 195 processos administrativos (redução de 10%), 191 averiguações preliminares (redução de 9%) e 474 procedimentos administrativos (redução de 18,7%). Combustíveis, construção civil e infra-estrutura foram alguns dos setores priorizados, por afetarem diretamente o bolso do consumidor e atingirem os índices de inflação.

A mudança no foco de atuação da Secretaria veio acompanhada de uma alteração na própria postura do órgão. Modernos instrumentos de investigação de cartéis foram implementados, permitindo que a Secretaria adotasse uma postura mais ativa nas investigações. Operações de busca e apreensão, acordos de leniência e inspeções foram algumas das novas armas de combate a cartéis que passaram a ser usadas pela SDE. Para reforçar o combate a cartéis no âmbito cível e criminal, foram estreitados os laços com a Advocacia-Geral da União, as Polícias Civil e Federal e os Ministérios Públicos Estadual e Federal.

Em 2003, a SDE passou a empregar o recurso da busca e apreensão em suas investigações, com o apoio da Polícia Federal. Até então, duas eram as possibilidades de as autoridades de defesa da concorrência obterem provas sobre a existência de acordos ilícitos entre concorrentes: se as empresas fornecessem elas mesmas as provas de sua conduta ou se algum prejudicado conseguisse as provas e denunciasse o fato às autoridades.

Com o êxito da primeira operação, foram feitas operações de busca e apreensão a outros 29 locais, para a instrução de oito processos administrativos. As investigações atingem os setores da construção civil, gases industriais e medicinais, vigilância privada, setor elétrico, setor químico, processamento de laranja, manutenção predial e embalagens flexíveis.

Além das operações de busca e apreensão, foram feitas inspeções, onde a empresa ou entidade inspecionada é avisada com 24 horas de antecedência. O instrumento investigativo foi utilizado em 10 ocasiões entre os anos de 2003 a 2006.

Outro marco na investigação a cartéis foi a assinatura, em outubro de 2003, do primeiro acordo de leniência do país. Um dos principais instrumentos utilizados pelas autoridades antitruste de todo o mundo, o acordo de leniência estava previsto na Lei de Defesa de Concorrência (Lei 8.884/94) e foi regulamentado por meio de uma portaria em setembro de 2000, mas nunca havia sido utilizado. Dos países em desenvolvimento, apenas o Brasil possui um Programa de Leniência efetivo.

Entre 2003 e 2006, 157 processos administrativos para apuração de prática de cartel foram instaurados. 53 processos tratando da mesma infração foram enviados ao CADE para julgamento final e a taxa de condenação dos processos (incluindo cartéis e outras condutas) aumentou de 1% para 2%.

Os resultados alcançados por todas essas ações tiveram o importante efeito de tornar crível o combate aos cartéis e elevar o risco para as empresas que praticam condutas anticoncorrenciais de serem descobertas e devidamente punidas. A

estruturação da SDE para combater cartéis de forma mais efetiva teve ainda os seguintes efeitos positivos: tornou-se cada vez mais comum a investigação doméstica de cartéis internacionais, empresas que celebraram acordos de leniência em outras jurisdições passaram a procurar a SDE com o mesmo propósito e aumentou o interesse das empresas pelos programas de cumprimento e observância da lei de defesa da concorrência, conhecidos como programas de *compliance*.

MELHORIA OPERACIONAL

Com o objetivo de eliminar a duplicidade de funções entre os órgãos de defesa da concorrência e disponibilizar mais recursos para o combate a cartéis, o SBDC adotou, a partir de 2003, iniciativas que tornaram mais ágil e seletivo o procedimento de análise de fusões e aquisições. Em casos considerados simples, que não representam ameaça ao ambiente concorrencial, foi adotado o rito sumário em que as operações passam a ser tratadas de forma diferente das operações complexas e os prazos de análise são sensivelmente reduzidos.

Nas operações mais complexas e em processos administrativos, a instrução passou a ser feita de forma conjunta pelas duas secretarias, eliminando o duplo trâmite e agilizando a conclusão dos casos. A consequência foi a redução de quase 54% no tempo médio de análise de Atos de Concentração nos órgãos instrutórios do SBDC (e 38% no tempo de análise do DPDE): de 226 dias (81 dias no DPDE) em 2002 para 103 dias (50 dias no DPDE) em 2006. Levando em conta apenas os atos de concentração submetidos nos últimos seis meses, o tempo médio de trâmite na SDE caiu para 14,7 dias.

PROJEÇÃO INSTITUCIONAL

Houve ainda um esforço concentrado para a redução do estoque de casos de atos de concentração antigos. A redução atingiu 75% do estoque existente no DPDE. De cerca de 219 atos de concentração existentes em 2003, o estoque caiu para aproximadamente 54 casos em maio de 2006. Se forem considerados apenas os casos com mais de 180 dias de trâmite no DPDE, a redução foi de 71 para 15 casos.

O avanço institucional dos órgãos de defesa da concorrência brasileiros foi reconhecido por organismos internacionais, conforme demonstra o convite feito ao Brasil para participar do Sub-Grupo de Cartéis da International Competition Network

Outra grande conquista na área de concorrência durante o período foi o envio ao Congresso Nacional, em setembro de 2005, do projeto de lei que altera a estrutura e o funcionamento dos órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). Elaborado em conjunto pelos ministérios da Justiça, Fazenda e a Casa Civil, o projeto transforma o CADE na principal autoridade de concorrência no Brasil, absorvendo todas as funções de instrução tanto da SDE quanto da SEAE. A mudança já vinha sendo discutida ainda no governo anterior, mas só no atual governo foi possível obter o consenso dos dirigentes dos três órgãos (CADE, SDE e SEAE) em torno de uma proposta.

PERSPECTIVAS

Como principais objetivos a serem perseguidos pela SDE, no âmbito do DPDE, destacam-se: (i) aprovação do projeto que altera a estrutura do SBDC e a implementação da mudança dos órgãos de defesa da concorrência; (ii) dar seguimento ao trabalho de combate a cartéis com o uso dos novos instrumentos de investigação, bem como à instrução dos processos já instaurados, alguns deles de grande impacto na economia, por envolverem setores estratégicos como construção civil, química, combustíveis etc.; (iii) manutenção do espaço conquistado pelos órgãos de defesa da concorrência brasileiros em foros internacionais, já que os avanços implementados transformaram o Brasil em centro difusor de técnicas de defesa da concorrência, principalmente entre países em desenvolvimento e países da América Latina; (iv) implementação de dois

novos sistemas de gerenciamento de dados na SDE: o Sistema Gerencial da Secretaria de Direito Econômico (SGSDE) e o Sistema de Informação em Defesa da Concorrência (SIDECON). O SGSDE vai complementar o novo sistema de gestão de processos do Ministério da Justiça (MJDOC), lançado em 2006, para executar funcionalidades e seguir regras de negócio específicas da Secretaria, evitando boa parte do trâmite interno de papel e consolidando não só as informações processuais e administrativas como também os dados econômicos e contábeis das firmas investigadas. O SIDECON consiste em um módulo de captação de dados *off line* e um módulo de recepção e validação local, que vai permitir a notificação eletrônica de atos de concentração, em procedimento semelhante à declaração de Imposto de Renda.

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – DPDC

O DPDC atuou nos últimos quatro anos promovendo grandes avanços e ganhos sociais com a proteção e defesa do consumidor. Fortaleceu a integração de todos os atores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, incluindo Procons Estaduais, Procons Municipais, Ministério Público, Defensoria e Entidades Civis Organizadas, bem como consolidou a atuação do Brasil como agente fundamental na tutela do consumidor junto aos países da América Latina.

No plano nacional, o DPDC implantou o SINDEC - Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor –, programa que integra em rede as ações e informações da Defesa do Consumidor de todo país, constituindo uma base de dados nacional e estadual de todas as demandas de consumidores apresentadas perante os Procons, tornando-se uma ferramenta fundamental para desenvolvimento e implementação de políticas públicas. Atualmente existem 22 estados conveniados, dos quais 17 já estão totalmente implementados.

Participou ativamente na elaboração do Decreto 5.440/05, que trata do direito do consumidor à informação sobre a qualidade da água que consome, no intuito de facilitar o entendimento de seu conteúdo, orientando os prestadores para melhor informarem os consumidores. Para garantir a efetividade do decreto, o DPDC vem realizando o monitoramento de seu cumprimento, por meio de notificações às operadoras de saneamento básico para que apresentem contais mensais e relatórios anuais enviados aos consumidores.

Além disso, o DPDC atuou fortemente na fiscalização e repressão das práticas abusivas contra os consumidores, instaurando 269 processos administrativos entre janeiro de 2003 e outubro de 2006. Nesse período, foram concluídos 71 processos instaurados por maquiagem de produto, resultando na aplicação de um total de R\$ 28,9 milhões em multas. 63 novos processos para apuração dessa prática infrativa foram instaurados no mesmo período.

PERSPECTIVAS

São pendências a serem eliminadas nos próximos anos: (i) fortalecimento e integração do SNDC, finalizando a implementação do SINDEC nos Estados ainda não integrado; (ii) continuidade deste trabalho em parceria com os Procons Estaduais, para inclusão dos Procons Municipais no SINDEC; (iii) consolidação de novas parcerias para inclusão dos outros importantes agentes do SNDC, como o Ministério Público, as Defensorias e as entidades civis organizadas, no SINDEC; (iv) consolidação dos dados do SINDEC como indicadores que auxiliem a análise de dados de outros indicadores econômicos e sociais para exame e implementação de políticas públicas; (v) fortalecimento da política externa de defesa do consumidor com os países da América Latina, incrementando o programa de intercâmbio técnico entre as agências de defesa do consumidor e a criação de um sistema de informações referentes às reclamações de consumidores no âmbito das Américas do Sul.

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS – CFDD

Responsável por administrar os recursos de um fundo formado por condenações judiciais aplicadas pela Justiça Federal e multas aplicadas pelo CADE e pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), o CFDD implementou, entre 2003 e 2006, grandes mudanças na dinâmica de apresentação e seleção de projetos, na forma de trabalho do Conselho e nas diretrizes que devem orientar o órgão no processo decisório. O resultado foi um aumento no número de convênios firmados, valores repassados e projetos apresentados.

A primeira medida adotada, ainda em 2003, foi zerar o estoque de projetos que estavam pendentes de análise. Em agosto de 2003, uma resolução estipulou uma data limite para apresentação de projetos a cada ano. A partir da data estipulada, todos os projetos apresentados ao Fundo ainda não decididos passaram por uma seleção que elegeu os 61 projetos que teriam prioridade de análise em 2004. Os projetos que não estavam incluídos nesta lista foram arquivados, ficando o pleito de recursos do Fundo condicionado à nova apresentação.

No final de 2005, uma nova resolução trouxe mudanças na forma de apresentação de projetos e no calendário para encaminhamento das propostas. Substitui-se o encaminhamento de cada projeto por uma carta-consulta padrão preenchida. Somente após a aprovação da carta-consulta pelo CFDD é que se apresenta o projeto, o que garante a eficiência desses processos. Com a simplificação do processo de apresentação de propostas e uma maior divulgação do Fundo junto a órgãos ou entidades que podem apresentar projetos, o número de propostas passou de 100, em 2002, para 256, em 2003. Em 2006, com a adoção da carta-consulta, o número de propostas chegou a 2.285.

A partir de 2003, o CFDD procurou estabelecer também diretrizes mais claras para aplicação dos recursos do Fundo, definindo previamente uma política para a destinação do dinheiro que levasse em conta os diversos temas relacionados aos direitos difusos e à distribuição de recursos entre todos os estados da federação. A idéia era transformar o CFDD em um órgão capaz de implementar uma política pública de defesa dos direitos difusos diversificada e atenta aos quadros regionais, mediante o apoio a projetos de áreas definidas previamente de acordo com as prioridades de cada exercício.

Os recursos aplicados entre 2003 e 2006 superam tudo que já havia sido destinado em toda a história anterior do Fundo. De 1999 a 2002, foram destinados R\$ 3.629.276,46 para 36 projetos. Já no período de 2003 a outubro de 2006 foram destinados R\$ 14,7 milhões para 119 projetos. A arrecadação do Fundo no período 2003 / 2006 (valores de setembro) também cresceu, acumulando R\$ 19,5 milhões nestes quatro anos.

Foram adotadas, ainda, medidas para dar maior transparência e mais visibilidade ao Fundo. A página do órgão na Internet foi reformulada e um número maior de informações foi disponibilizado, incluindo os relatórios anuais de atividades e foram publicados dois Balanços Sociais do CFDD, mostrando projetos apoiados pelo Fundo.

PERSPECTIVAS

Nos próximos anos, almeja-se: (i) aumentar a arrecadação proveniente de ações civis públicas, acompanhando e cobrando dos órgãos responsáveis a execução de condenações judiciais; e (ii) elevar o valor orçamentário destinado ao apoio de projetos, tendo em vista o aumento da arrecadação e do número de projetos apresentados nos últimos anos.

O CADE passou por várias mudanças, com o objetivo de obter ganhos de eficiência e garantir a transparência tanto nos procedimentos administrativos quanto nos julgamentos dos processos, além do fortalecimento institucional do Conselho.

MAIOR EFICIÊNCIA NO FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO

A evolução do número de decisões mostra o esforço do CADE para reduzir o estoque de processos, alguns deles com mais de dez anos de sua instauração. O ano de 2004 bateu recorde de número de decisões, mesmo ano em que o total de julgados tem superado o número de processos distribuídos. Registra-se, ainda, uma redução no tempo médio nos julgamentos.

Total de Processos Julgados pelo CADE

Ano	AC	PA	AP	Outros	Total
2003	526	22	1	32	581
2004	651	43	51	37	782
2005	497	63	30	76	666
2006*	357	28	32	35	452
Total	2031	156	114	180	2481

Legenda: AC: Ato de Concentração PA: Processo Administrativo AP: Averiguação Preliminar

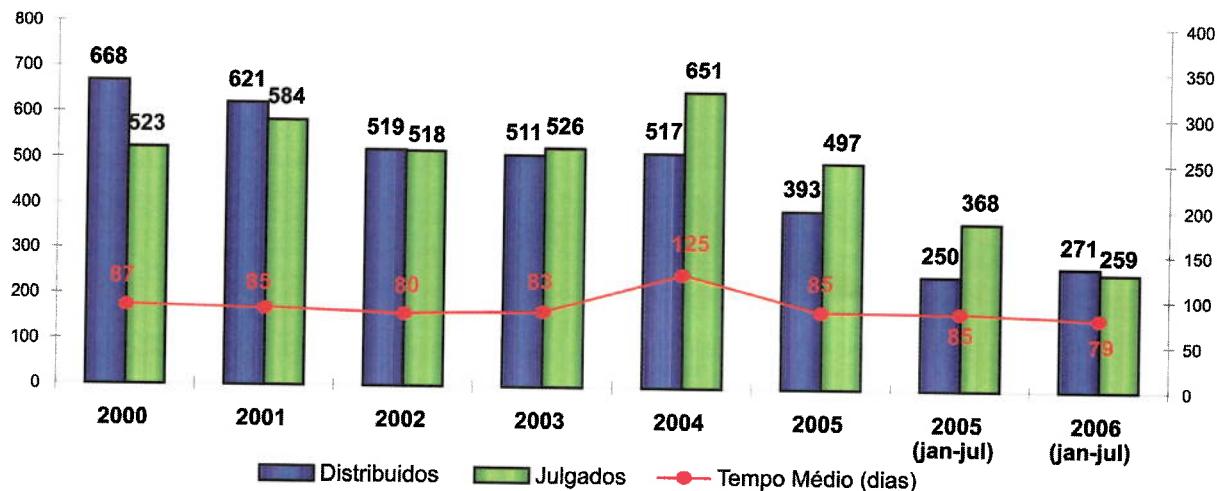
Outros: Recursos, embargos ou autos de infrações

* Atualizado até o dia 31/10/2006

INVESTIMENTOS EM RECURSOS HUMANOS E MELHORIA INSTITUCIONAL

Em 2004, 25 servidores das áreas de Direito e Economia chegaram ao CADE. Apesar do caráter temporário de suas contratações, isso representou reforço substancial à força de trabalho do CADE, o que em muito colaborou para a diminuição do tempo de julgamentos. Em 2006, os servidores temporários foram substituídos por 25 especialistas em Gestão Governamental. Pela primeira vez em sua história, o CADE conta com um corpo técnico regular, que poderá preservar sua cultura, conhecimento tácito e memória – condição necessária para ganhos duradouros de eficiência e eficácia. Contribuiu também para a redução do tempo de julgamento a análise pelo rito sumário aplicada aos processos mais simples.

Balanço de Atos de Concentração Julgados X Distribuídos com Tempo Médio



Institucionalmente, várias ações foram desenvolvidas a fim de proporcionar maior transparência e agilidade às atividades do Conselho. As sessões de julgamento passaram a ser transmitidas ao vivo pela Internet, ficando gravadas no sítio do CADE. Foi criada uma pauta eletrônica das sessões para acesso aos pareceres, relatórios, e votos pelos membros do colegiado e pelo público em geral (dados não confidenciais). Esta medida gerou uma economia de 2 milhões de cópias nos últimos 2 anos. Iniciou-se, ainda, a inclusão, no sítio da jurisprudência do Conselho, de relatórios, pareceres, votos e acórdãos das decisões tomadas a partir de agosto de 2004.

Alterações regimentais também foram feitas. Destaca-se a Resolução nº. 40, que dispõe sobre o procedimento de cumprimento das decisões e inscrição dos créditos em Dívida Ativa e a Resolução nº. 41, que aprimorou a estrutura do CADE. Iniciou-se a implementação da Secretaria Processual, com a integração do protocolo ao atendimento ao público, a informatização, a implantação de sistema integrado para acesso ao andamento processual e a reorganização do banco de dados, o que possibilita rapidez, segurança e transparência ao fluxo dos processos em trâmite.

No âmbito internacional, destaca-se a publicação de um relatório em que são sugeridas mudanças para aperfeiçoar a política e a lei de defesa da concorrência no Brasil, elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a partir da solicitação e envolvimento do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). Cabe ressaltar que a OCDE decidiu renovar o status de observador do Brasil no Comitê de Concorrência por um período de dois anos (até o fim de 2007) graças, dentre outros motivos, à participação ativa do SBDC nos eventos e grupos de trabalho da OCDE.

Fato importante a ser registrado é a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, do projeto de lei complementar que prevê a competência do CADE para julgar casos relativos ao sistema bancário e o encaminhamento de projeto pelo Senado no mesmo sentido. Em 2005 foi enviado ao Congresso Nacional projeto de reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência que altera a Lei 8.884/94, trazendo mudanças profundas na estrutura e na forma de atuação dos órgãos de defesa da concorrência.

PERSPECTIVAS

São metas para os próximos anos (i) a apreciação do projeto de lei complementar que prevê a competência do CADE para julgar casos relativos ao sistema bancário e (ii) a apreciação do projeto de lei que altera a estrutura do SBDC.

COMBATE AO TRÁFICO DE SERES HUMANOS

A SNJ instituiu, em 2003, um programa de cooperação técnica internacional voltada a articular institucionalmente o tema do tráfico de pessoas junto às instituições da esfera federal e organizações da sociedade civil. Essa articulação desenvolveu-se em dois eixos: capacitação de profissionais e realização de diagnósticos e pesquisas.

No âmbito da mobilização e efetivação de políticas públicas, a SNJ criou redes de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas. Várias ONGs tornaram-se parceiras da SNJ e ajudaram no processo de transição de um projeto de cooperação técnica internacional para uma política pública de combate ao tráfico de pessoas. Foi realizada a Campanha de Combate ao Tráfico Internacional de Seres Humanos, em que cartazes e outros materiais de divulgação foram distribuídos em aeroportos, superintendências da Polícia Federal e locais de grande circulação, além da veiculação de programas de rádio.

A SNJ coordenou, ainda, a elaboração de documento que traça as diretrizes para uma Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, juntamente com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e mais 11 ministérios. O texto estabelece princípios e diretrizes para a atuação do Poder Executivo Federal nas áreas de prevenção, repressão ao crime e atendimento às vítimas e cria um grupo de trabalho formado por órgãos do governo e da sociedade civil. O grupo deverá redigir até o final de 2006 o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, que irá detalhar ações, metas, prazos e órgãos responsáveis pelo enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.

PERSPECTIVAS

Como mais importante meta para essa área, destaca-se a elaboração e a execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

A ATUAÇÃO DO COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS – CONARE

Competente para reconhecer, em primeira instância, a condição de refugiado de qualquer pessoa que tenha vindo ao Brasil para fugir de perseguição em seu país de origem, é função do CONARE orientar e coordenar as ações necessárias para proteção e assistência dos refugiados em território brasileiro. O reflexo desse trabalho é o número cada vez maior de estrangeiros que tem encontrado no Brasil a proteção necessária para garantir sua integridade física. Em outubro de 1998 existiam 1.991 refugiados reconhecidos, e em 31 de dezembro de 2002 já eram 2.884, chegando a 3.428 em junho de 2006. Os números consideram as naturalizações, as repatriações voluntárias e as perdas da condição de refugiado.

O CONARE, juntamente com o ACNUR e parceiros da sociedade civil, têm trabalhado para criar oportunidades de trabalho e, dessa forma, incluir o refugiado na sociedade brasileira. Na mesma linha de atuação esses órgãos, mantém um acordo para o reassentamento em território brasileiro. A partir de 2003, o CONARE tornou-se mais experiente em relação a reassentamentos e começou a aperfeiçoar o programa, com cursos de formação de técnicos e métodos alcançados por meio de experiências internacionais.

Outra iniciativa do CONARE foi definição de um prazo recorde de 72 horas para decidir sobre os pedidos de reassentamento de caráter urgente envolvendo pessoas com sérias necessidades de proteção. O exemplo do Brasil é muito forte no âmbito do Mercosul, como se constata pela adesão do governo argentino ao Programa de Reassentamento, com base na experiência brasileira.

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

O Departamento de Estrangeiros desenvolve uma política migratória voltada para a garantia dos direitos fundamentais do migrante e estabelece a reciprocidade de tratamento dos mais de quatro milhões de emigrantes brasileiros no exterior. Em 2003, o Departamento definiu como prioridade fortalecer a política de estrangeiros, intensificar o processo de integração regional com o Mercosul e estabelecer uma proximidade maior com a comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da Comunidade Européia.

Ao final de 2006, o Brasil assinou acordos de cooperação bilateral com Argentina e Uruguai. O acordo facilita o visto de permanência e prevê a regularização da situação dos brasileiros nesses países, bem como da de uruguaios e argentinos no Brasil.

Do ponto de vista estrutural, um dos maiores desafios foi organizar, logo no início de 2003, o atendimento ao público externo. A solução foi modernizar os trâmites até então realizados de forma manual, com o advento, por exemplo, de Certidões de Trâmite Processual expedidas via Internet e de uma Central de Atendimento,

Outro ponto a ressaltar foi o ganho significativo obtido nas deliberações dos processos de naturalização com o acesso on-line ao Sistema Mundial de Comunicação Permanente I-24/7, da INTERPOL. O sistema permite localizar um nome e seus potenciais vínculos a uma organização criminosa internacional ou a investigações em curso.

PERSPECTIVAS

A principal pendência a ser retomada pelo Departamento é dar seguimento ao trabalho da comissão interministerial instalada para elaboração do novo Estatuto do Estrangeiro. A comissão deverá retomar os trabalhos de consolidação das contribuições recebidas por meio do amplo processo de consulta pública realizado.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

As principais atividades desse departamento concentraram-se em torno da criação da nova classificação indicativa e na reformulação do processo de concessão de títulos e qualificações.

NOVA CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

Para consolidar a classificação indicativa como um serviço de informação à sociedade sobre conteúdo de obras audiovisuais, o Departamento construiu um novo modelo a partir de contribuições de toda a sociedade, organizando audiências públicas em 10 capitais brasileiras. Paralelamente, cerca de 23 mil pessoas também participaram do processo por meio de questionários.

Os resultados das pesquisas e das discussões com a sociedade foram observados na elaboração do Manual da Nova Classificação Indicativa, como a criação da faixa etária de 10 a 12 anos e os novos símbolos de indicação. Com a nova simbologia, os pais também encontram informações sobre o tema da obra e o detalhamento do conteúdo considerado inadequado. Os símbolos servirão para orientar pais e responsáveis na escolha do tipo de entretenimento mais adequado aos filhos de acordo com a faixa etária e serão exibidos na TV aberta, cinemas, DVDs, jogos eletrônicos, diversões públicas (shows, teatro, circo) e jogos de RPG.

A partir do Manual é possível conhecer todos os critérios que os analistas do Departamento de Justiça utilizam para classificar as obras. Com regras claras e objetivas, os produtores poderão fazer a auto-classificação de espetáculos ao vivo que não são submetidos à análise prévia do Ministério e fornecer as informações necessárias para que pais e responsáveis decidam sobre o acesso de crianças e adolescentes.

Outra inovação do Manual é o selo Especialmente Recomendado (ER), que indica a nova postura do Ministério da Justiça com relação à classificação. Com esse selo, o Ministério passa a identificar também obras que podem contribuir para a formação de crianças e adolescentes e não apenas para o que é considerado inadequado. O selo ER será concedido para obras audiovisuais educativas, informativas e que promovam o respeito à diversidade, aos direitos humanos, à cultura regional e à cultura de paz. Também receberão o selo programas que valorizem habilidades manuais, cognitivas, cuidados com a saúde, conhecimento, honestidade, comportamentos responsáveis e solidários.

A mesma portaria que regulamentou a classificação indicativa de diversões públicas (Portaria nº 1.100, de 20 de julho de 2006) permitiu aos pais ou responsáveis autorizar o acesso de seus filhos a espetáculos com classificação indicativa superior à faixa etária.

CONCESSÃO DE TÍTULOS A ENTIDADES

A concessão de título de utilidade pública federal e o reconhecimento da qualificação como OSCIP estão centrados na Coordenação de Entidades Sociais – COESO. Reconhecendo a responsabilidade inerente à ação de reconhecimento do caráter público das atividades desenvolvidas por entidades privadas, a Coordenação centrou seus esforços na realização de ações e implementação de mecanismos condizentes com uma percepção democrática e pública da concessão de títulos e qualificações.

Nos últimos anos, o Departamento de Justiça tem implementado ações visando à melhoria da qualidade do atendimento como (i) a disponibilização de modelos de requerimento, declarações, atestados de funcionamento, relatório circunstanciado de atividades e demonstrativo financeiro; e (ii) a reformulação e atualização periódica do site institucional. Essas ações são forma de instruir as entidades, evitando a remessa de documentação incorreta e/ou incompleta, bem como de garantir mais eficiência e transparência nas análises.

Visando à racionalização, transparência e agilidade dos procedimentos de qualificação, prestação de contas e renovação anual de entidades sociais, foi criado o sistema CNEs (Cadastro Nacional de Entidades Qualificadas no Ministério da Justiça), que permitirá que os registros e informações de toda entidade detentora de uma qualificação ou autorização federal concedida pelo Ministério da Justiça sejam mantidos em banco de dados, sistematizados e divulgados a todos os cidadãos. A primeira etapa da implementação entrou em operação em maio de 2006, permitindo o cadastramento de informações básicas das entidades e a impressão de certidão de regularidade anual (da prestação de contas) pela Internet.

PERSPECTIVAS

Para melhor desempenhar suas funções, é importante a realização das seguintes ações: (i) realizar concurso público para o cargo de analista processual de conteúdo audiovisual; (ii) realizar pesquisas sobre a difusão de conteúdo inadequado e sobre a utilização da Classificação Indicativa como instrumento de promoção e defesa dos direitos humanos (com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, conforme pleiteado no Processo nº 08012.003151/2006-96); (iii) integrar Estados e Municípios ao Cadastro Nacional de Entidades Qualificadas no Ministério da Justiça – CNEs; (iv) elaborar anuário de entidades registradas no MJ abrangendo OSCIP's, utilidade pública e organizações estrangeiras, traçando perfis comparativos a partir dos dados colhidos através do CNEs; e (v) consolidar legislação relativa ao terceiro setor.

DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL – DRCI

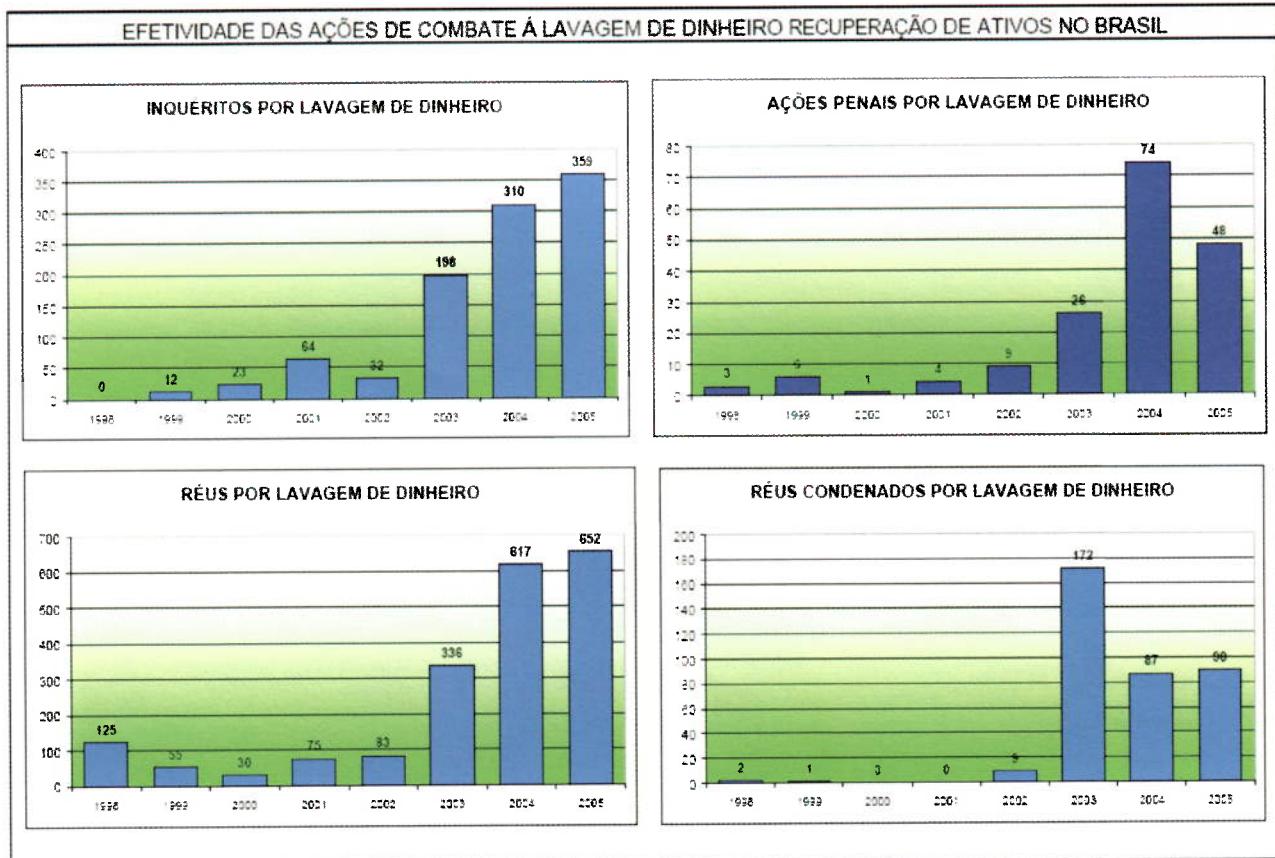
Criado em dezembro de 2003, o DRCI tem como principal meta o combate à lavagem de dinheiro pela via da recuperação dos ativos provenientes de atividades criminosas e indevidamente inseridos na economia. Para tanto, o DRCI atua como articulador e executor de políticas de combate à lavagem de dinheiro tanto no âmbito nacional quanto internacional.

No âmbito internacional, o DRCI funciona como autoridade central para a tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional e negociador de acordos internacionais. Anteriormente à criação do DRCI o Ministério da Justiça não possuía estrutura dedicada à cooperação jurídica internacional e os processos de carta rogatória e outros procedimentos de cooperação chegavam a permanecer três meses no Ministério até que fossem encaminhados. Com a estruturação de uma área do DRCI para esses fins esse tempo caiu para uma média de 10 dias. Além disso, a efetividade do cumprimento de tais pedidos passou a ser monitorada, o que até então nunca havia sido feito.

Quanto às negociações de acordos de cooperação internacional, sem os quais a perseguição de ativos enviados ao exterior de forma ilícita e dos responsáveis por tais práticas fica tremendamente prejudicada, o DRCI participou da elaboração de acordos bilaterais de cooperação internacional com dez países. São eles: Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Paraguai, Colômbia, França, Itália, Peru, Coréia do Sul e Portugal. Aguardam promulgação para entrar em vigor acordos firmados com Líbano e Ucrânia. Acordos com Angola, Canadá, China, Cuba, Grã-Bretanha, Suíça e Suriname já foram firmados e estão sob análise do Congresso Nacional.

Em âmbito nacional, o DRCI faz a articulação entre diversos órgãos do governo e Ministério Público para desenvolver uma cultura e uma agenda de combate à lavagem de dinheiro. Um dos principais eixos em torno do qual se dá essa articulação é a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA. Trata-se de um esforço integração dos órgãos públicos para combate à lavagem de dinheiro e, a partir de 2006, também à corrupção, que se dá em três níveis: estratégico, inteligência e operacional. Para dar continuidade ao processo, a estratégia é avaliada e revisada anualmente.

O resultado é a efetivação de uma política de combate à lavagem de dinheiro sem precedentes. O número de réus condenados passou de 0 em 2000 para 90 em 2005, com um pico de 172 réus condenados em 2003. O gráfico abaixo traz esse e outros números reveladores.



PERSPECTIVAS

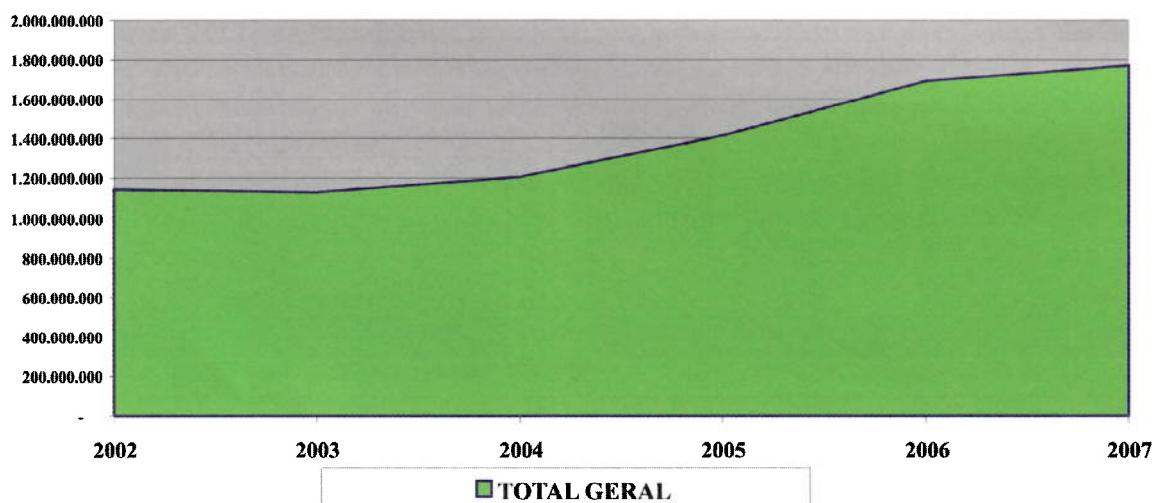
Seriam importantes para o seguimento do trabalho do DRCI os seguintes passos: (i) consolidação do papel do Ministério da Justiça como principal articulador da política pública de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, em consonância com a responsabilidade política do Ministro da Justiça sobre o tema; (ii) definição do papel do DRCI e do Ministério da Justiça nos foros internacionais de combate à lavagem de dinheiro, recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional; (iii) início das operações do Laboratório de Tecnologia Aplicada ao Combate à Lavagem de Dinheiro; (iv) trânsito em julgado de ações judiciais no Brasil que importarão na repatriação de ativos bloqueados no exterior; (v) aprovação das leis de cooperação jurídica internacional e de reforma da Lei 9.613/98; (vi) operacionalização do Cadastro Nacional de Bens Apreendidos; (vii) desenvolvimento da capacidade de o sistema penal seqüestrar, confiscar e alienar instrumentos e produtos de crime; (viii) criação e gestão do Fundo de Ativos recuperados de Origem Ilícita; (ix) gestão de convênios para a administração de bens seqüestrados em processos penais; e (x) criação de nova área para a gestão do Programa de Certificação de Escolas, Cursos e Participantes do Programa Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

ORÇAMENTO

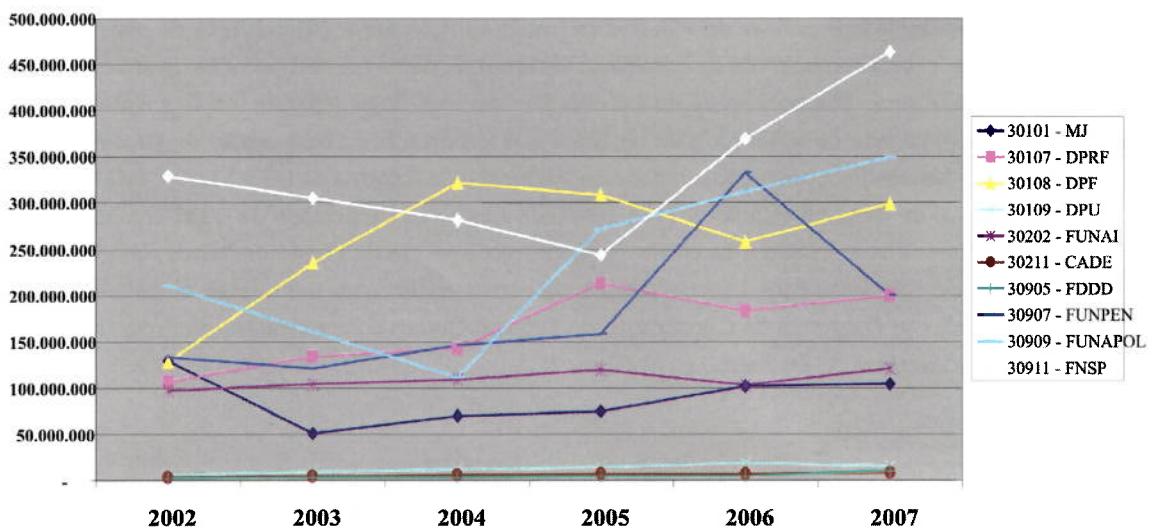
Em termos orçamentários – e desconsiderando-se a questão da execução e dos contingenciamentos –, o quadro evolutivo do Ministério da Justiça é o seguinte:

(i) capital e outros custeios:

**EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MJ
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL - TOTAL GERAL**

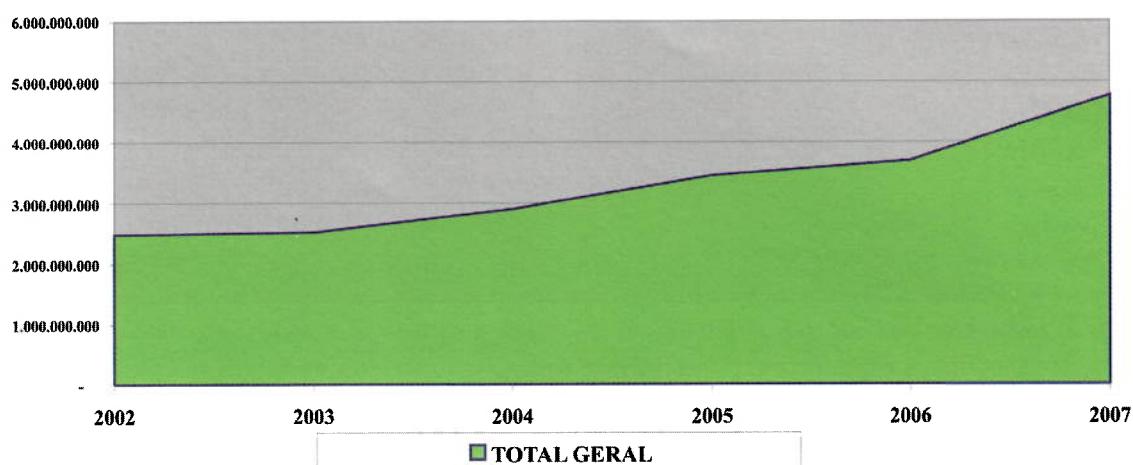


**EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MJ
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL - POR UNIDADES**

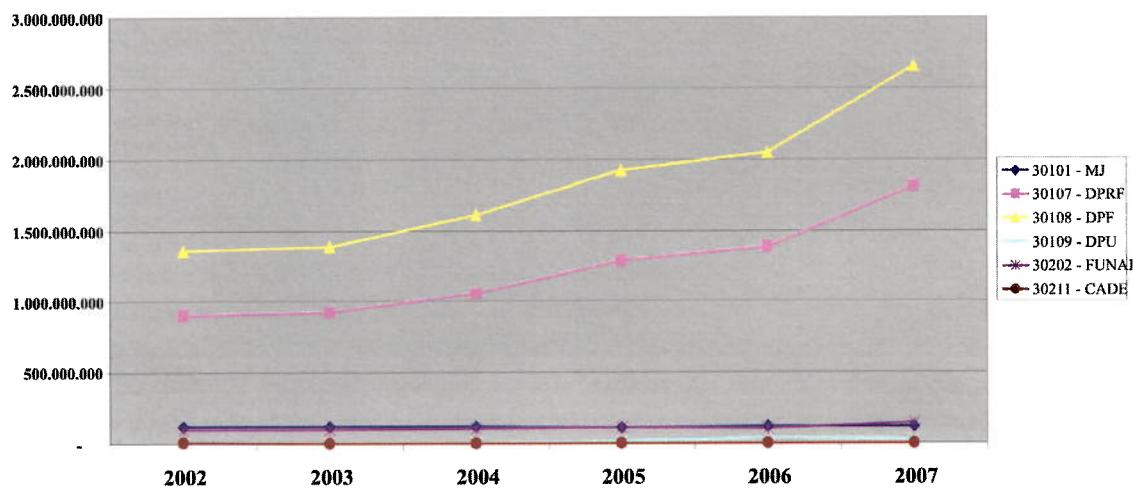


(ii) despesas de pessoal e encargos sociais:

**EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MJ
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - TOTAL GERAL**



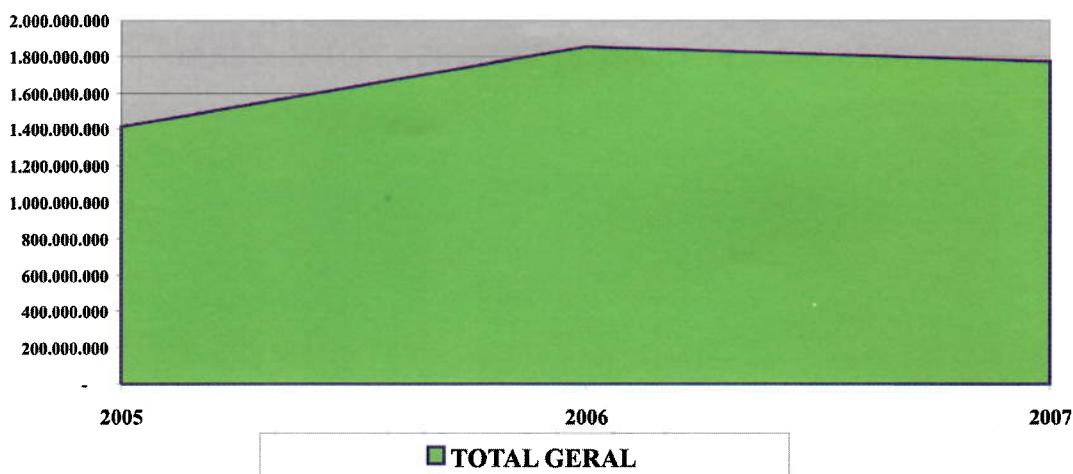
**EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MJ
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - POR UNIDADE**



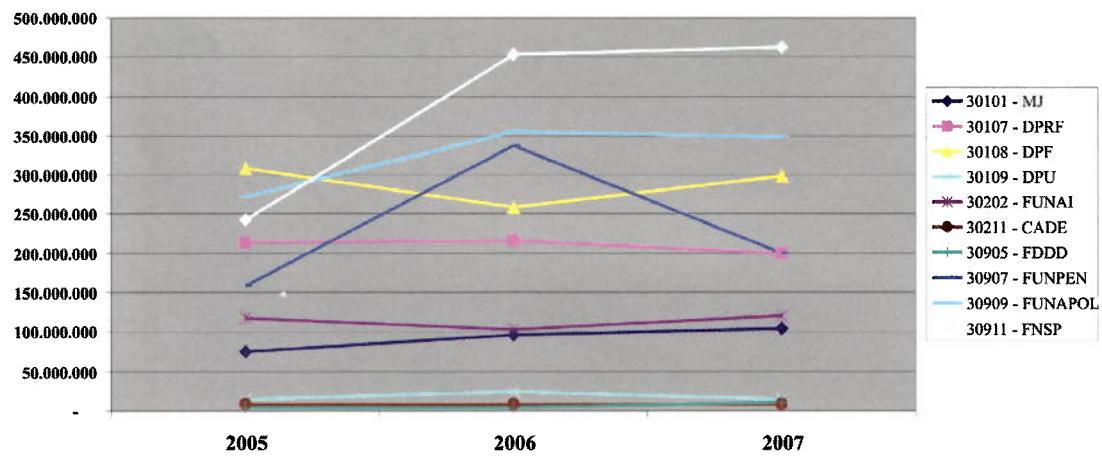
Considerando-se apenas os últimos dois anos de gestão, no que tange às dotações de capital e custeio para 2007, o cenário é o que segue:

- **2005:** R\$ 1.416,2 milhões;
- **2006:** R\$ 1.449,3 milhões (valor provisório, dada a existência de créditos suplementares em andamento bem como a possibilidade de ampliação de limites ainda neste exercício);
- **PL 2007:** R\$ 1.770,0 milhões (também sujeita a alterações e emendas).

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MJ TOTAL GERAL



EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MJ POR UNIDADES



Para o ano de 2007, o valor total do orçamento constante do Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional é de R\$ 6.536,5 milhões. Nota-se a existência de dotações no montante de R\$ 1.770,0 milhões para as despesas correntes e de investimento, estando fora desse valor as despesas com pessoal, que montam em R\$ 4.766,5 milhões, distribuídos entre as unidades.

O ganho para 2007 deu-se, principalmente, no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), em que são considerados os R\$ 110,0 milhões destinados à segurança dos Jogos Panamericanos. Há valores expressivos, também, para o Fundo Penitenciário Nacional e para a Polícia Federal. Nas outras Unidades não ocorreram grandes variações.

De se salientar que o Ministério da Justiça, do ponto de vista orçamentário, volta-se essencialmente à segurança pública, estando seu orçamento, a exemplo de 2007, com 86% das dotações destinadas às ações da área em questão.

COMBATE À PIRATARIA

Segundo a Interpol, a falsificação de mercadorias tem sido o crime mais lucrativo do mundo, movimentando anualmente US\$ 522 bilhões e superando o tráfico de entorpecentes (US\$ 360 bilhões). Com dinheiro rápido, as máfias financiam também atividades de maior potencial ofensivo como narcotráfico e contrabando de armas e munições. Há, ainda, reflexos importantes em áreas como emprego e evasão fiscal – de um lado, pesquisa da Unicamp revela que no Brasil a pirataria inviabiliza a geração de 2 milhões de empregos formais ao ano; de outro, e segundo a UNAFISCO, as perdas fiscais anuais associadas à comercialização de produtos piratas são de aproximadamente R\$ 27 bilhões.

Diante desse quadro, em dezembro de 2004 foi criado o Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), que uniu esforços dos setores público e privado para enfrentar o problema. Elaborou-se um plano nacional de ações repressivas e educativas, implementado em todo o país.

A maior parte das ações de repressão foram desencadeadas em conjunto pelas Polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF) com a Receita Federal (RF), com foco especial nas regiões de fronteira. Entre 2004 e 2005 houve aumento de 30 vezes no número de prisões, e há mais de 3.300 inquéritos em tramitação. São ainda sucessivos os recordes de apreensões. Destacam-se na área as ações de desmonte de grandes centros de produção e distribuição de mercadorias falsificadas, sendo emblemático o caso do depósito de produtos piratas no centro da cidade de São Paulo.

O trabalho vem atingindo resultados surpreendentes, com percepção estatística da redução da pirataria pelos atores envolvidos e pela própria indústria. Conforme mostram os dados do Relatório Anual do CNCP, a ser lançado em dezembro de 2006, nos últimos 3 anos o Brasil conseguiu reduzir em cerca de 40% a venda de CDs piratas e em 70% a comercialização de cigarros falsificados.

No segundo semestre de 2006, aliás, o Conselho passou a fazer reuniões setoriais com representantes de indústrias atingidas, com o objetivo de identificar as principais dificuldades enfrentadas e de ampliar soluções para o combate à pirataria. As ações têm alcançado, por fim, destaque internacional, tendo o presidente do Conselho, Luiz Paulo Barreto, recebido o Primeiro Prêmio Anual da Motion Picture Association (MPA) por Combate Exemplar à Pirataria de Obras Audiovisuais, em Miami, Estados Unidos.

PERSPECTIVAS

Como principais desafios aos próximos anos, destacam-se: (i) desenvolvimento de campanhas educativas que esclareçam a população acerca dos malefícios decorrentes da pirataria, possibilitando, assim, que o consumidor, no exercício pleno de sua cidadania, torne-se protagonista na luta contra esse mal; (ii) implementação de ações econômicas que desestimulem o consumo de produtos piratas por meio de medidas que tornem os preços dos produtos originais mais condizentes com a realidade sócio-econômica do País; (iii) maior mobilização de estados e municípios, sobretudo nas áreas de comercialização de produtos falsificados; (iv) criação de um banco de dados que possibilite uma avaliação criteriosa, realista e responsável da extensão do problema em nosso país; (v) desenvolvimento de uma massa crítica favorável à proteção e valorização da Propriedade Intelectual junto ao Poder Judiciário.

O trabalho da FUNAI na gestão que ora se encerra é marcado por 4 grandes eixos: (i) regularização fundiária; (ii) efetiva participação dos povos indígenas na definição e na elaboração de uma nova política indigenista; (iii) trabalho interministerial, aberto e democrático, para a definição das políticas públicas indigenistas; (iv) participação internacional na defesa dos direitos dos povos indígenas.

PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO

Entendendo a regularização fundiária como etapa essencial na proteção aos povos indígenas, a FUNAI tem alcançado metas expressivas entre as quais se destaca a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR, que, após um longo e difícil processo que perdurou por duas décadas, reconheceu às etnias Ingárikó, Makuxi, Taurepang e Wapixana o direito ao seu território tradicional. Essa e outras homologações efetivadas nos últimos 4 anos expressam o compromisso do Governo Federal na direção de firmar definitivamente o processo de demarcação e reconhecimento das terras indígenas no Brasil. No mesmo sentido, ressalte-se a regularização fundiária de importantes espaços que também enfrentaram problemas durante anos, como a Terra Indígena Nande Ru Marangatu, no Mato Grosso do Sul (grupos Guarani), a T.I. Rio Omerê, em Rondônia, e a T.I. Apyterewa, no Pará.

No total, no quadriênio 2003-2006 foram homologadas as demarcações de 63 terras indígenas, o que corresponde a uma área de mais de 11 milhões de hectares. Destas 63 áreas, 59 já tiveram seus processos finais de registros concluídos.

Etapas de Regularização das Terras Indígenas	2003		2004		2005		2006		Total	
	Qt	Área(Ha)	Qt	Área(Ha)	Qt	Área(Ha)	Qt	Área(Ha)	Qt	Área(Ha)
Identificadas	13	1.561.343	11	4.554.313	10	1.067.358	15	502.276	49	7.685.290
Declaradas	03	1.578.324	10	1.291.556	05	5.881.367	12	1.533.341	30	10.284.588
Homologadas	24	1.181.763	23	6.014.375	08	2.659.503	8	1.187.810	63	11.043.451
Regularizadas	14	637.413	24	4.304.559	08	201.786	13	3.215.132	59	8.358.890

Fonte: Fundação Nacional do Índio (*) Até dezembro de 2006

Cabe registrar que o esforço para o reconhecimento das terras indígenas, coordenado pela FUNAI, conta também com ações em cooperação com outros órgãos federais e instâncias estaduais.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

Confirmando os compromissos de propiciar maior participação dos povos indígenas na definição de uma nova política indigenista e na formulação e execução de políticas públicas que visem à afirmação dos direitos, e precedida por nove encontros regionais, foi realizada em Brasília, em abril de 2006, a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que contou com expressiva presença de representantes de 173 etnias e de diversas organizações não-governamentais. No total, 800 delegados indígenas indicados por suas próprias comunidades marcaram presença neste que foi o primeiro fórum indígena nacional realizado na história do país.

As recomendações e conclusões exaradas, a serem publicadas no *Documento Final da Conferência Nacional dos Povos Indígenas*, servirão de base para a revisão do Estatuto do Índio e apontarão as diretrizes para uma nova política indigenista, com participação mais ampla das diferentes agências de governo, assim como das organizações indígenas.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA

Ainda na perspectiva de garantir e ampliar a participação plural na definição e na gestão das políticas indigenistas, foi instituído ao final de 2004 o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI – Índios), com o objetivo de *definir, ouvidas as entidades representativas dos povos indígenas, as ações prioritárias para execução da política governamental na área e monitorar sua implementação*. As propostas daí oriundas (final de 2005) dariam base à criação de uma Comissão Nacional de Política Indigenista, que precederia a instalação do Conselho Nacional de Política Indigenista.

Fatores relativos à montagem da Comissão impedem, até o presente momento, o início dos trabalhos. Trata-se, entretanto, de elemento fulcral para a consolidação da política da entidade, que, portanto, deverá ser prioridade já no início do próximo quadriênio.

PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL

O Brasil também se destacou nos debates internacionais. Na ONU, participou ativamente da aprovação da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas pelo Conselho de Direitos Humanos. Poucos países, no entanto, assinaram o documento. Exemplo internacional de respeito aos povos indígenas – com uma legislação ainda mais avançada do que a que estabelece o documento da ONU –, foi um dos países que liderou a negociação pela aprovação.

O país foi ainda sede, no início de 2006, da reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a busca de consenso sobre a Declaração Americana dos Direitos Indígenas. Foram discutidos temas como direitos coletivos, direitos territoriais e o direito à autodeterminação dos povos indígenas.

Em vista desse papel de destaque da FUNAI nas discussões internacionais, e considerando seu intenso e contínuo diálogo com os povos indígenas enquanto partícipes das decisões, há, hoje, uma situação de grande respeitabilidade perante agências nacionais e internacionais.

PERSPECTIVAS

No que tange à política indigenista, são perspectivas para o próximo biênio (i) a consolidação do Conselho Nacional de Política Indigenista, (ii) a possibilidade de retomada das atribuições e recursos esparsos entre FUNASA, MEC e MDS, (iii) a elaboração e a aprovação no novo Estatuto do Índio, com revisão da tutela.

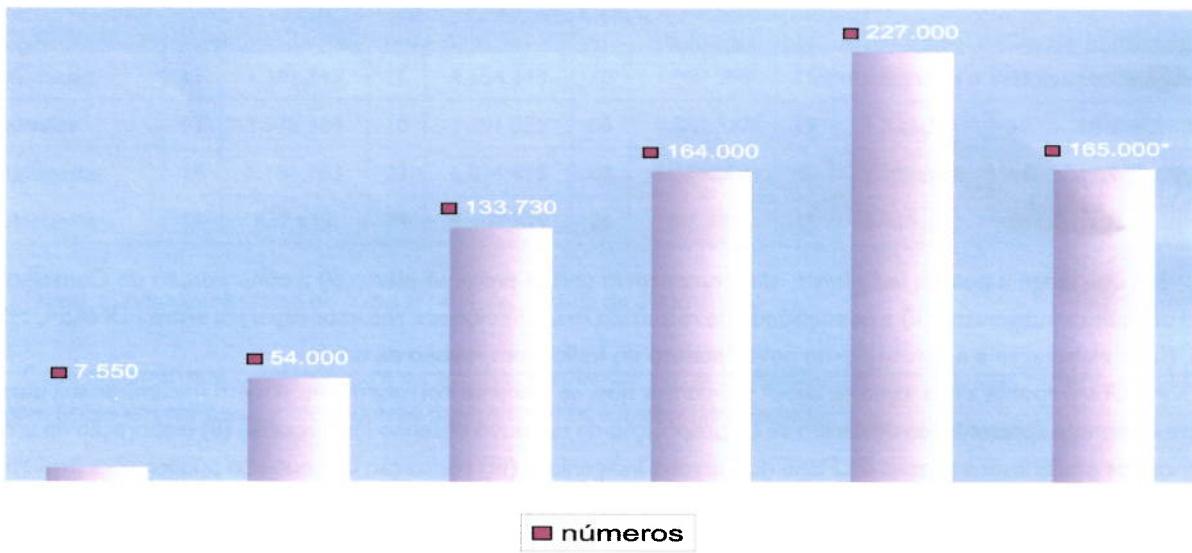
A FUNAI aponta ainda algumas ações pendentes que, se atacadas corretamente, podem maximizar sua atuação. Dentre os pontos apresentados destacam-se (i) proposição de um novo desenho institucional; (ii) elaboração de um plano de cargos e salários e a criação do Plano de Carreira Indigenista; (iii) realização de concurso público para provimento de cargos; (iv) compra de imóvel para a sede da administração da Fundação, considerando que a atual, alugada, apresenta graves problemas de sucateamento.

Em um processo de sedimentação e fortalecimento institucional, a Defensoria Pública da União teve o número de vagas para o quadro permanente de defensores públicos quase que triplicado. Até o início do quadriênio 2003-2006 com somente 112 vagas, passou a contar com mais 169 cargos. Cumpre, também, observar que a remuneração dos Defensores Públicos da União recebeu, nos últimos quatro anos, forte incremento, dentro de uma política de valorização da carreira. Em 2002, a remuneração bruta inicial era de R\$ 5.607,00; hoje é de R\$ 9.500,00 e chegará, no ano de 2009, a R\$ 11.980,40, em razão da Lei nº 11.355/06.

Com base nessa ampliação, serão abertas novas sedes em cinco capitais onde a Instituição ainda não havia se instalado: São Luís, Cuiabá, Porto Velho, Macapá e Palmas. Cada capital de Estado contará com no mínimo um Defensor Público de Segunda Categoria, para atuar junto à Primeira Instância da Justiça Federal e na esfera administrativa, e de um Defensor Público de Primeira Categoria, que atuará nas instâncias recursais. Nas demais localidades, o quadro de Defensores Públicos da União foi reforçado para melhor atender sua crescente demanda.

Houve ainda importante incremento na abrangência do serviço prestado, o que se deve fundamentalmente às diversas ações de melhoria como a qualificação do pessoal de apoio, a modernização do parque de informática – com a criação do Sistema de Acompanhamento Eletrônico dos Processos de Assistência Jurídica (Sistema e-PAJ) – e a implementação de projetos como o DPU Itinerante. Segundo estatísticas do Relatório Mensal de Assistência Prestada – REMAP – e do e-PAJ, elaborados e alimentados, respectivamente, pelas unidades de atuação da Defensoria Pública da União em cada Estado da Federação, no ano de 2002 foram realizados mais de 54.000 atendimentos ao público. Em 2003 houve crescimento de mais de 100%, tendo o programa realizado 133.730 atendimentos. Em 2004 verificou-se avanço para quase 164.000 atendimentos, incrementado para mais de 227.000, em 2005. E, por fim, no ano de 2006, até o mês de setembro, já foram realizados 164.812 atendimentos à população carente.

Número de Atendimentos



* Dados até setembro de 2006.

PERSPECTIVAS

Como pendências a serem implementadas na Defensoria Pública da União destacam-se, para além da aprovação da Lei Orgânica, (i) a criação das Câmaras de Gestão e Coordenação da atividade fim da instituição, responsável pela elaboração de enunciados, resolução e a padronização da atuação institucional; (ii) a criação de uma Comissão Conjunta de Mediação, formada por Defensores Públicos da União e Procuradores Federais ou servidores do INSS, objetivando a solução extrajudicial dos litígios previdenciários; (iii) a criação do cargo de Corregedor-Geral da Defensoria Pública da União; (iv) a criação da carreira de apoio.

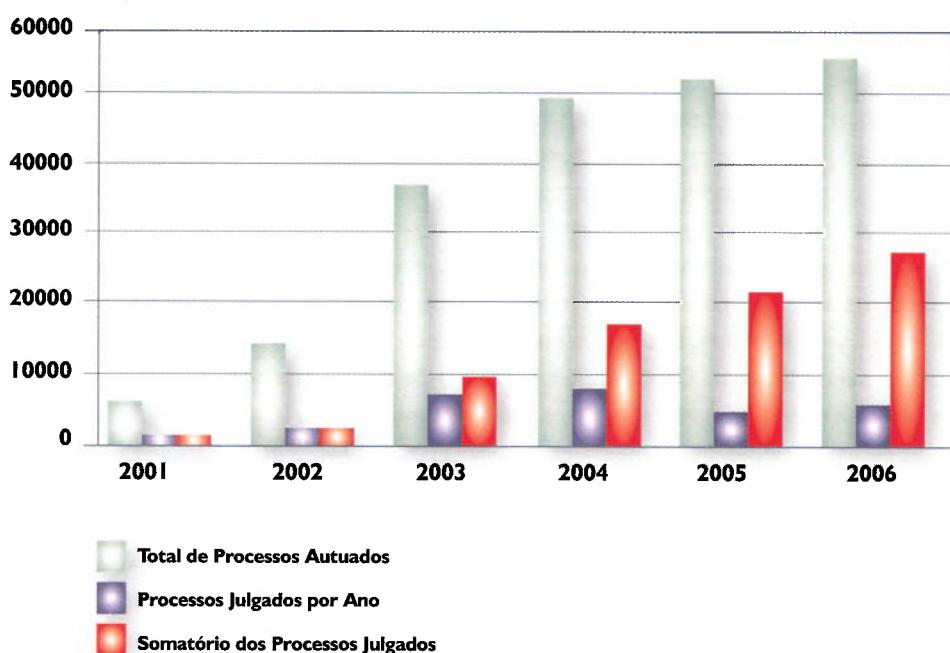
Comissão de Anistia

A Comissão de Anistia, regulada pela Lei nº 10.559/02, tem por função assessorar o Ministro de Estado da Justiça no que se refere à análise dos pedidos relativos aos perseguidos políticos pelo regime de exceção democrática brasileira.

No que tange ao trabalho realizado no quadriênio 2003/2006, são patentes seu reforço institucional e a ampliação de sua eficiência. Até outubro de 2006, foram julgados 25.157 processos, sendo deferidos 13.202 requerimentos. Tal feito amparou-se na estabilidade do quadro de Conselheiros da Comissão, na melhoria estrutural e no aumento de recursos materiais e humanos do órgão.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Processos Autuados*	5.898	14.473	37.412	49.313	52.252	55.573
Processos Julgados por Ano	209	1.977	7.264	7.566	4.578	5.752
Processos Julgados*	209	2.186	9.450	17.016	21.594	27.346

*valores acumulados



Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL

O principal objetivo da Secretaria de Assuntos Legislativos – SAL, durante o quadriênio 2003/2006, foi reforçar o papel institucional que o Ministério da Justiça desempenha na preservação da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais. Em sua atuação, a Secretaria procurou oferecer suporte técnico eficiente, rigoroso, rápido e de alta qualidade ao Ministro da Justiça, à Presidência da República e aos diversos órgãos do Ministério que demandaram a elaboração das normas necessárias à execução de suas políticas, entre projetos de leis, medidas provisórias, decretos, portarias e instruções administrativas.

De 2003 a 2006 (até novembro), a SAL elaborou 975 pareceres sobre projetos em andamento no Congresso Nacional e 403 pareceres sobre projetos em fase de sanção. Participou, ainda, por meio da preparação de notas técnicas, de 522 projetos de atos normativos em elaboração no âmbito do Poder Executivo, além daqueles em que ofereceu apoio técnico informalmente.

Vale destacar que no ano de 2005, demonstrando a importância conferida pelo Ministro da Justiça às funções de defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais, a SAL foi completamente reestruturada, passando a dispor de organização mais adequada ao exercício de suas relevantes atribuições.

PROJETOS IMPORTANTES

Durante os quatro primeiros anos do Governo do Presidente Lula, o Ministério da Justiça desenvolveu projetos importantes em todas as suas áreas de atuação. A concepção normativa e implementação de grande parte desses projetos demandaram um trabalho sofisticado de engenharia jurídica, que sempre ficou a cargo da Secretaria. Um dos trabalhos mais importantes realizados pela SAL nesse período, em conjunto com a Consultoria Jurídica, foi a criação da estrutura jurídica da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à inovadora política da SENASP. A Secretaria encarregou-se da elaboração de todos os atos normativos necessários para dar base legal ao funcionamento desse importante instrumento de cooperação federativa na área de segurança pública, sem violar os princípios formadores de nosso Estado Democrático de Direito.

A criação efetiva do Sistema Penitenciário Federal pelo Ministério da Justiça e o início da construção e funcionamento das primeiras penitenciárias federais também exigiram a criação de um arcabouço normativo até então inexistente. A SAL teve participação decisiva no processo de elaboração dessas normas jurídicas, assessorando o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. Dois exemplos de atos normativos em que a SAL teve atuação destacada são o projeto de lei que estabelece as hipóteses e os procedimentos para a transferência de presos dos estabelecimentos penais estaduais para os federais e o decreto que disciplina o funcionamento e a organização das novas penitenciárias federais.

Em 2005, a SAL ofereceu uma contribuição importante ao debate sobre reforma política no país, quando elaborou um estudo aprofundado sobre o assunto, que foi entregue pelo Ministro da Justiça diretamente ao Presidente da República.

A Secretaria foi também a responsável pela iniciativa política, concepção e normatização do programa de transparência do Ministério da Justiça, por meio do qual se passou a disponibilizar várias informações aos cidadãos, como aquelas relativas à execução orçamentária do Ministério. Essa iniciativa acabou sendo piloto para o programa posteriormente implantado em toda a Administração Pública Federal.

Dos 403 pareceres encaminhados à Presidência da República, alguns trataram de assuntos bastante polêmicos, como o projeto de lei n. 79/04, que restringia o exercício da atividade jornalística e a liberdade de expressão, e que, com base num parecer da SAL, foi integralmente vetado pelo Presidente. O combate à lavagem de dinheiro foi uma das prioridades do Ministério da Justiça no Governo Lula. Como órgão responsável pela elaboração legislativa dentro do Ministério, a SAL teve uma atuação importante, ao lado da Secretaria Nacional de Justiça e de seu Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, na elaboração de projetos de combate a esse tipo de crime, como por exemplo, a reforma da lei de lavagem de dinheiro, que tornará ainda mais eficientes os mecanismos atualmente existentes e do projeto que tipifica a participação em organização criminosa.

Entre os projetos importantes que passaram pela SAL nesse período, e que também merecem destaque, pode-se citar: 1) o anteprojeto de lei de interceptação telefônica; 2) o anteprojeto de lei orgânica da Polícia Federal, 3) o anteprojeto da Lei n. 11.340/06, de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, 4) o anteprojeto de lei que cria a remição

de pena pelo estudo, 4) o anteprojeto de lei que aumenta os prazos para progressão de pena para os condenados por crime hediondo, 5) o anteprojeto de lei de sobre acesso à informação, 6) as alterações na lei e no decreto de arquivos públicos, 7) as portarias do Ministro da Justiça sobre cumprimento de mandados de busca e apreensão em escritórios de advocacia, 8) os projetos de reforma administrativa do Ministério, e 9) o decreto que regulamentou o Estatuto do Desarmamento.

GLIN E SISNORMA

Com vista a fortalecer o intercâmbio internacional de informações legislativas e seu acesso à sociedade, o Brasil, por meio da SAL, aderiu, em 2004, ao GLIN – Global Legal Information Network (Rede Global de Informações Legislativas). Trata-se de um programa coordenado pela Biblioteca do Congresso dos EUA, cujo propósito é democratizar toda informação legislativa dos 52 países associados a todos os seus cidadãos, por meio da Internet.

Também com o objetivo de promover a democratização do acesso às informações referentes ao ordenamento jurídico brasileiro, a SAL lançou, no ano de 2004, o Sistema de Acompanhamento de Normas – SISNORMA, que disponibiliza, também por meio da internet, informações completas a respeito das proposições legislativas aprovadas no país.

CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Em outra frente de atuação, a SAL representou o Brasil nos trabalhos relacionados às convenções internacionais de combate à corrupção firmadas no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU). A Secretaria contribuiu decisivamente na consecução dos dois principais objetivos desse trabalho: adequar a legislação brasileira a essas convenções e avaliar os países signatários.

BOLETIM ASSUNTOS JURÍDICOS

Outra atividade importante da SAL foi a criação do Boletim Assuntos Jurídicos. Essa publicação jurídica oficial do Ministério ajusta-se à política de dar transparência aos assuntos mais significativos tratados pela Secretaria, ampliando o acesso à informação de forma sistemática e permanente, funcionando como um canal de comunicação entre a Secretaria e os cidadãos, especialmente a comunidade jurídica, que são incentivados, dessa forma, a participar e a contribuir no processo de elaboração dos atos normativos, como numa consulta pública constante.

PERSPECTIVAS

A atuação futura da SAL deverá continuar se pautando primordialmente pelas demandas jurídicas decorrentes das políticas públicas dos diversos órgãos do Ministério da Justiça. Considerando a importância de alguns temas, os seguintes trabalhos já iniciados nesta gestão deverão ter prosseguimento no próximo mandato: (i) anteprojeto de lei sobre transferência de presos para as penitenciárias federais, (ii) anteprojeto de lei que estabelece a remição pelo estudo, (iii) projeto de decreto de regulamento das penitenciárias federais, (iv) anteprojeto de lei orgânica das defensorias públicas, (v) anteprojeto de lei do estatuto de estrangeiro, e (vi) anteprojeto de lei de reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; (vii) consolidar e ampliar a difusão do Boletim Assuntos Jurídicos.

Consultoria Jurídica – CONJUR

A CONJUR presta apoio jurídico à realização das atividades políticas e administrativas dos demais órgãos do Ministério da Justiça.. Desempenha, por isso, um papel fundamental na viabilização de diversas políticas públicas, zelando para que sejam estruturadas em conformidade com os imperativos legais.

Várias iniciativas foram adotadas para aperfeiçoar a administração do órgão, de modo a tornar ainda mais ágil e eficiente a execução das tarefas de assessoramento jurídico, controle de legalidade dos atos e contratos administrativos e a defesa dos interesses do Ministério nos processos judiciais e disciplinares.

Entre essas medidas, deu-se especial ênfase à formação jurídica e ao aperfeiçoamento profissional dos Advogados da União em exercício no órgão, por meio do incentivo a sua participação em diversos cursos, seminários e palestras, como ouvintes ou conferencistas. Vários eventos organizados pela própria CONJUR permitiram que esses profissionais mantivessem contato freqüente e sistemático com pesquisadores, acadêmicos, juristas e Ministros do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal.

No que se refere ao aprimoramento do serviço prestado pela CONJUR às demais áreas do Ministério, vale mencionar, pela relevância: (i) a defesa ativa dos direitos constitucionais dos povos indígenas, como na solução dos complicados problemas jurídicos que embaraçavam, há anos, a conclusão do processo de homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, marco simbólico da política indigenista do Governo do Presidente Lula; (ii) o apoio à Secretaria Nacional de Segurança Pública, para estruturação jurídica da Força Nacional de Segurança Pública; (iii) o suporte jurídico prestado ao Departamento de Polícia Federal para finalmente resolver o problema da instabilidade funcional de cerca de 10% de seu efetivo, no caso dos policiais federais “sub judice”, que se arrastava por anos sem definição, diante da dificuldade da questão jurídica e da falta de continuidade administrativa para enfrentá-la; (iv) a iniciativa bem-sucedida de retomar a edição da Revista Arquivos do Ministério da Justiça, obra de referência para a comunidade jurídica, que há mais de 8 anos não era publicada; (v) o trabalho de assessoramento à Comissão Técnica preparatória da Reunião dos Ministros da Justiça e do Interior do MERCOSUL; e, por fim, (vi) a criação de Banco de Dados eletrônico com todas as manifestações jurídicas e decisões relativas aos anos de 2001 a 2005, que compreende um total de 12.895 documentos, entre estudos, pareceres, notas técnicas e informações judiciais, o que facilitou o acesso ao valioso acervo de produção jurídica do órgão.

Programa de Transparência

O Programa de Transparência do Ministério da Justiça tem por fim um conjunto de medidas para aperfeiçoamento da máquina administrativa do Ministério com vistas a prevenir a ocorrência de qualquer tipo de desvio ou irregularidade na atividade funcional.

Em 2005, como primeira medida implementada no âmbito do programa, passou-se a divulgar na Internet, em linguagem simples e acessível, os atos e gastos do Ministério da Justiça, permitindo o controle social da atividade desenvolvida pela Pasta. O sítio onde é feita a divulgação traz **(i)** a execução orçamentária mensal das unidades do Ministério e órgãos vinculados; **(ii)** íntegra dos contratos, convênios e editais de licitações de cada unidade, bem como do CADE, da FUNAI, do DPF e do DPRF; **(iii)** banco de preços contendo todos os valores unitários pagos pelo Ministério e pelos órgãos vinculados, para comparação e controle do cidadão; **(iv)** gastos com recursos humanos e percentual de servidores efetivos e sem vínculo lotados na estrutura central do Ministério, bem como os valores dispendidos com cada categoria; **(v)** estatísticas mensais relativas ao processamento de punição de irregularidades praticadas por servidores do Ministério, do DPF e do DPRF; **(vi)** íntegra das atas de reuniões dos Conselhos vinculados à Pasta, além de todas as passagens e diárias pagas a servidores e colaboradores eventuais do Ministério e dos órgãos vinculados, com os valores de cada uma, nome do beneficiário, data, destino e motivo da viagem; e, finalmente **(vii)** resultados das ações do Ministério, em linguagem simplificada, descrevendo todos os programas da Pasta, com a execução das metas e do orçamento previsto para cada ação.

Adotando essa linha de divulgação dos atos implementada pelo Ministério da Justiça, o Decreto Presidencial nº 5.482, de 30 de junho de 2005, determinou que todos os órgãos e unidades da Administração Pública Federal passassem a divulgar, no mínimo, execução orçamentária, contratos, licitações e convênios na Internet, para o controle do cidadão.

No âmbito do MJ e de seus órgãos vinculados, o Programa de Transparência realiza um trabalho constante de acompanhamento de processos de realização de despesas que envolvem grandes valores e de procedimentos administrativos disciplinares mais importantes, identificando pontos que podem ser aprimorados para garantir maior segurança aos gastos públicos e a mais absoluta eficácia na apuração de ilícitos.